



CADERNO DA  
**REFORMA  
ADMINISTRATIVA**

**31.** A Base Financeira da Retomada  
do Desenvolvimento

**Brasília, Dezembro de 2021**

**Expediente**

**Autor:**

**Ladislau Dowbor**

Ladislau Dowbor é economista, professor titular da PUC-SP, autor de numerosos livros, artigos e estudos técnicos.

**Realização:**

Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) (Dezembro, 2021)

**Diagramação:**

Diego Feitosa

As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade dos autores e colaboradores.

**Apoio:**



**Servir**

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

*Presidente: Deputado Federal Professor Israel Batista (PV-DF)*

## A Base Financeira da Retomada do Desenvolvimento

Ladislau Dowbor<sup>1</sup>

*A desigualdade é antes de tudo uma construção social, histórica e política<sup>2</sup>*

Thomas Piketty

### Resumo:

A revolução digital está tendo impactos tão profundos quanto em outra era teve a revolução industrial. O que chamamos de capitalismo tem as suas raízes na industrialização, que envolveu transformações tecnológicas, mas também relações sociais de produção, com o trabalho assalariado e o lucro do capitalista, além de um marco jurídico centrado na propriedade privada dos meios de produção.

Com a revolução digital, que envolve uma expansão radical das tecnologias, bem como a generalização da economia imaterial, a conectividade global, o dinheiro virtual e o trabalho precário, a própria base da sociedade capitalista se desloca. Em particular, a apropriação do produto social por minorias já não exige geração de emprego e produção de bens e serviços. Passa pela intermediação do dinheiro, do conhecimento, das comunicações. Onde dominava a fábrica hoje temos plataformas em escala planetária, que exploram não só as pessoas, por exemplo através do endividamento,

mas também as próprias empresas produtivas através dos dividendos pagos a acionistas ausentes.

O presente artigo está centrado precisamente no que está mudando, naquilo que ainda chamamos de modo de produção capitalista. A atividade industrial permanece, sem dúvida, como permaneceu a atividade agrícola diante da revolução industrial, mas o eixo de dominação e controle já não está nas mãos dos capitães da indústria, está nas mãos dos gigantes financeiros como Blackrock, de plataformas de comunicação como Alphabet, de ferramentas de manipulação como Facebook, de intermediários comerciais como Amazon – e do próprio processo de financeirização que tais agentes engendram.

O mecanismo de apropriação do excedente social mudou, e com isso mudou a própria natureza do sistema. Estamos no meio de uma transformação profunda da sociedade, nas suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, gerando o que tem sido chamado de crise civilizatória. Estamos transitando para outro modo de produção, e o presente artigo detalha os novos mecanismos, sem deixar de apontar para algumas alternativas de enfrentamento e superação.

---

1 Ladislau Dowbor é economista, professor titular da PUC-SP, autor de numerosos livros, artigos e estudos técnicos, disponíveis gratuitamente online no site [www.dowbor.org](http://www.dowbor.org)

2 Thomas Piketty, *Histoire de l'égalité*, 2021, p. 20 «L'inégalité est avant tout une construction sociale, historique et politique.»

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2. O Equilíbrio Precário: produzir para quem? .....</b>	<b>7</b>
<b>3. Estado, Empresa e Sociedade Civil .....</b>	<b>8</b>
<b>4. O Capitalismo Financeiro .....</b>	<b>10</b>
<b>5. O Rentismo se torna dominante .....</b>	<b>14</b>
<b>6. Exemplos de mecanismos.....</b>	<b>18</b>
<b>7. Novos Mecanismos, Novos Rumos, Outras Frentes de Luta .....</b>	<b>28</b>



## 1. Introdução

A desigualdade é o principal desafio estrutural da sociedade brasileira, e os caminhos que temos pela frente, para a retomada do desenvolvimento, envolvem o seu enfrentamento. Isso exige repensar o papel do Estado e também o conjunto da organização econômica e social. No Brasil não faltam recursos, mas são canalizados para elites improdutivas, e administrados de forma absurda. A financeirização é hoje um desafio mundial, mas no Brasil atingiu dimensões grotescas. O presente artigo analisa os mecanismos básicos da deformação que trava o país, e aponta caminhos. Não há soluções administrativas se não enfrentamos o principal desafio político, que é o das formas de produção, distribuição e apropriação dos recursos da sociedade, pela sociedade.

Em diversas eras e sociedades, a apropriação do produto social por minorias sempre esteve no centro da organização da sociedade como um todo. O ponto de partida é a própria existência do excedente social. Quando a produtividade de uma sociedade se eleva, permitindo que se produza mais do que o básico necessário para as famílias, aparecem elites que reivindicam, por alguma razão, e com justificativas mais ou menos duvidosas, o direito a ter mais do que os outros, apropriando-se do produto de terceiros.

No modo de produção escravagista, apropriavam-se do que produziam os escravos, uma apropriação baseada na força, e explicada como legítima propriedade de pessoas. Quando Lincoln consegue que se aprove, no século 19, o fim da escravidão, não se indenizaram os escravos, e sim os donos de escravos, por perderem "propriedade". Sempre houve explicações, que hoje chamamos de narrativas, para justificar o absurdo: eram pretos, ou selvagens, ou não teriam alma, como se dizia na época, ou ainda foram capturados em "guerra justa",

como também se dizia. O essencial era que produzissem um excedente, que permitia o luxo dos proprietários e o financiamento da repressão aos numerosos levantes. Era o modo de produção escravagista, injusto, mas estável, que durou muitos séculos, inclusive com leis que regiam o sistema da propriedade de seres humanos e religiões que as sacramentavam. A razão do mais forte é sempre a mais justa.

No sistema feudal, elites se apropriaram da terra, base de qualquer economia antes que surgissem as máquinas. Os senhores feudais, por razões diversas, mas essencialmente por disporem de armas e fortificações, em luta uns com os outros, terminavam por delimitar os feudos, sendo que a população rural que vivia nas terras não seria propriedade do aristocrata, mas seria sim regida por sistemas complexos de obrigações que proibiam que deixassem o feudo. Os homens eram servos, serviam. O excedente produzido era apropriado, na idade média e em grande parte da renascença – na Rússia até 1917 – pelos "senhores". Os trabalhadores da terra eram obrigados a ceder aos aristocratas grande parte da sua produção, riqueza que permitia que o nobre tivesse um castelo, vivesse com luxo, e pudesse pagar a tropa que assegurava que o sistema se mantivesse.

Aqui também houve inúmeras revoltas e repressões. Parte do excedente servia também para sustentar os conventos, numa religião que, a partir do século IV, se alia aos poderosos, e justificava o sistema como vontade divina. As leis asseguravam a coerência do sistema, as regras do jogo, por assim dizer, inclusive, por exemplo, na Europa, o *jus primae noctis*, que dava ao aristocrata o direito de se apropriar da primeira noite de casamento de uma camponesa. Os poderosos gostam da legalidade, conquanto sejam eles a fazer as leis. E para os que as contestavam havia também a inquisição e outros sistemas repressivos. De toda forma, era um modo de produção,

também durou séculos, definido por uma base econômica, a terra, relações sociais de produção, a servidão, e formas de extração do excedente sob a forma de imposições de diversos tipos. O conjunto era regido por regras, em boa parte respeitadas. A apropriação do excedente era baseada nas leis, justificadas pelo sangue azul dos nobres, sancionada pela igreja com narrativas, e garantida pela repressão militar. Os bailes de Versalhes ou de Viena tinham de ser financiados por alguém. Witold Kula, um historiador polonês, escreveu para o sistema feudal o que Marx escreveu para o sistema capitalista. Era um sistema, um modo de produção.

Ainda que os dois sistemas que mencionamos acima, o escravagista e o feudal, nos pareçam hoje historicamente distantes, precisamos lembrar que a escravidão no Brasil existiu até o fim do século 19, nos Estados Unidos até a Guerra de Secessão, que a exploração das populações colonizadas era geral e durou até meados do século passado, e que o sistema de *apartheid* durou até ontem na África do Sul e perdura ainda na Palestina. Nem os Estados Unidos nem o Brasil lograram ainda absorver e ultrapassar a opressão e as desigualdades herdadas do passado escravagista, a África enfrenta penosamente a reconstrução necessária. O passado não é assim tão distante. É um rabo longo que demora a passar. Em muitas nações erigidas em países, ainda é estruturalmente decisivo.

O modo de produção capitalista nos aparece com outro nível de legitimidade. Na base da transformação esteve o avanço científico, a revolução energética, o aumento da produtividade e, portanto, a possibilidade de gerar um ciclo sustentado de enriquecimento social. O *Liberté, Egalité, Fraternité* da revolução francesa ecoou pelo mundo. Com o Iluminismo, a busca dos valores na sociedade passara a abrir frestas no obscurantismo, reduzira-se o número de mulheres queimadas como

bruxas (“não permitirás que as bruxas vivam” instrui a bíblia, Exodus 22:18), geraram-se a visão de enriquecimento como fruto legítimo do esforço, e o conceito do mérito como virtude. A narrativa evoluiu. O trabalhador passou a ter a liberdade de pedir emprego e de ser explorado. A revolução industrial trouxe outro nível de produtividade, aumentou a prosperidade, mas não para todos. Um avanço, sem dúvida, e o mecanismo de exploração evoluiu, mas se mantém, as narrativas mudam, e a repressão se moderniza. Em particular, a exploração e a violência mais direta se deslocam para o Sul.

No estudo *A Formação do Terceiro Mundo* apresentamos a dimensão global que o capitalismo adquire, em que a industrialização da Inglaterra, sistema bem capitalista, se apoiou na reprodução da escravidão nos Estados Unidos e outros países que lhe forneciam matéria prima. O capitalismo do império britânico não teve reticências em usar de escravidão, trabalho forçado e massacres em diversas partes do mundo, e hoje assistimos impressionados a Inglaterra se desculpando pelo que fez na Índia e tantos outros países, a França pedindo desculpas a países africanos pelas violências do passado, os Estados Unidos pelo que fizeram no Irã. Daqui a alguns anos irão se desculpar pelo que fizeram no Afeganistão. Lembremos que a Bélgica, no Congo, foi responsável por milhões de mortes, processo documentado no estudo *O Fantasma do Rei Leopoldo*. A prosperidade dos países hoje ricos não se deve apenas à produtividade e racionalidade do sistema capitalista. A *fraternité* tem claros limites. Muitos até hoje não se dão conta dos subsistemas primitivos em que se apoiou o chamado liberalismo capitalista. O Brasil contribuiu muito.

Em termos gerais, o sistema capitalista dos países ricos se baseou em articulações com sistemas pré-capitalistas nos países colonizados ou simplesmente dependen-

tes. Samir Amin, em livro clássico, chamou corretamente este sistema de “acumulação do capital em escala mundial”. Essa dimensão da acumulação permitiu uma apropriação do excedente, por meio da exploração dos trabalhadores e apropriação da mais valia nos países centrais, mas também por meio da exploração colonial direta ou a troca desigual, com a narrativa de trazer a civilização aos povos primitivos, e evidentemente com a força militar. A religião, frequentemente, aqui também serviu de bálsamo civilizatório. Isso foi ontem, meus anos de universidade eram contemporâneos com as lutas de libertação nas colônias. Hoje temos países independentes, que podem decidir livremente por quem serão explorados, se por sistemas de endividamento ou de troca desigual, ou ambos. A exploração muda de forma, as narrativas atualizam o discurso, o controle militar se torna mais sofisticado. Mas estamos sempre servindo às elites.

## 2. O Equilíbrio Precário: produzir para quem?

Essa pequena retrospectiva introdutória nos ajuda a lembrar a que ponto a barbárie que hoje nos chocaria – a escravidão, a servidão, o colonialismo, o apartheid – ainda é próxima, e a que ponto sobrevive e penetra em nosso cotidiano. Basta olhar a cor das pessoas nas nossas favelas ou nos bairros das periferias urbanas e nas prisões nos Estados Unidos.

Também devemos atentar para o impacto que têm as diversas formas de organização dos países em desenvolvimento, não só porque seguem em grande parte especializados em produtos primários, o que trava a modernização, mas porque quem exporta precisa da mão de obra apenas para o trabalho, não para o consumo: o produto vai para o mercado externo, e o consumo das elites é em boa parte garantido por produtos importados. Para quem produz para o mercado externo, e importa os produtos

acabados, não é indispensável o poder de consumo dos seus trabalhadores. Em pleno século XXI no Brasil, a reprimarização gera o mesmo desprezo pela elevação da capacidade de consumo da população.

A miséria impressionante dos trabalhadores, coisa que vemos até hoje no que chamamos de países em desenvolvimento, mesmo com tecnologias as mais avançadas, resulta dessa forma de acumulação de capital, em que dinamizar a capacidade de compra da base da sociedade não é essencial, pois o ciclo de acumulação se fecha no exterior. Assim que há modernização tecnológica, mas com pouca transformação das relações sociais, perpetuando a desigualdade. É a herança social da relação Norte-Sul.

O leitor interessado nesse mecanismo poderá consultar o meu *Formação do Capitalismo no Brasil*. A ideia essencial, que tive oportunidade de discutir tanto com Samir Amin como com Caio Prado Júnior, é que o ciclo de reprodução do capital dos países pobres se fecha no exterior, e a troca desigual e o endividamento asseguram o resto. A modernidade tecnológica convive sem problemas com exploração em grande medida pré-histórica.

Nos próprios países industrializados, no chamado Ocidente que representa cerca de 15% da população mundial, a tensão entre aumentar a exploração e assegurar a capacidade de compra da população se colocou com força. Foi preciso o mundo capitalista dominante enfrentar a crise de 1929 para que se tomasse consciência de que não basta produzir, é preciso assegurar o consumo, para fechar o ciclo de acumulação de capital. As exportações para os países mais pobres, em troca das matérias primas, não seriam suficientes, e o *New Deal* de Roosevelt tem na sua essência a geração, por meio do Estado, de maior capacidade de compra por parte da população em geral. Sherwood, que escrevia os discursos de Roosevelt, detalhou o

programa em brilhante livro, *Roosevelt and Hopkins*. Hopkins foi importante na execução do *New Deal*.

A Guerra de Secessão, nos anos 1860, além da libertação dos escravos, tinha rompido o ciclo colonial do algodão, trocado por importações britânicas, interiorizando o ciclo de reprodução de capital, nas novas relações entre o nordeste industrial e o sul produtor de matéria prima. Mas foi o *New Deal* que gerou uma incorporação ampla da população americana na prosperidade. O consumo na base da sociedade, financiado inicialmente pelo Estado, gerou demanda, logo redução dos estoques acumulados nas empresas, e em seguida a retomada da produção, então aumento do emprego, gerando ainda mais demanda, permitindo um ciclo de acumulação do capital desta vez de forma equilibrada.

Entre os aportes de Keynes, que demonstrou a necessidade de se assegurar a demanda agregada, o impacto do sucesso do *New Deal*, e o bom senso de um Henry Ford afirmando que bons salários eram necessários para que os seus carros fossem comprados, abriu-se uma nova visão, a do *Welfare State*, Estado de Bem-Estar. Não se podia mais dizer que os trabalhadores só teriam a perder suas cadeias. Por uma vez, e em particular durante os 30 anos “gloriosos” do pós-guerra, tivemos uma dinâmica impressionante nos países ricos, com o equilíbrio da capacidade de produção e da demanda social, da dinâmica empresarial e do investimento público. Em termos políticos, gerou-se a socialdemocracia.

Lembremos, uma vez mais, que para uma economia exportadora de bens primários que importa bens industrializados, o mercado está no exterior, expandir os empregos e aumentar os salários dos trabalhadores não seriam prioridades. Angola exporta petróleo e importa bens de consumo para as elites. Na América Latina, quando se tenta democratizar a economia, voltam ditaduras. Podemos ter democracia, con-

quanto não a usemos: o resultado é democracia política formal, o voto, sem a democracia econômica.

A pandemia apenas veio escancarar a fratura econômica, política e social. No Brasil, hoje um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, temos 19 milhões de pessoas que passam fome, e 116 milhões em situação de insegurança alimentar, em pleno 2021. Com um andar acima em termos de tecnologia e de volumes de extração, chegamos a um novo tipo de tecno-colonialismo. Com algumas exceções, tais quais a China e alguns outros tigres asiáticos, a fratura planetária do capitalismo se tecnifica, mas se aprofunda.

O que fazer?

### 3. Estado, Empresa e Sociedade Civil

Na realidade, como nos lembra Mariana Mazzucato no seu excelente *O Estado Empreendedor*, a dinâmica dos anos gloriosos do pós-guerra foi fruto da forte participação das iniciativas públicas. Por um lado, porque o Estado assegurou um sistema tributário progressivo que permitia manter um razoável equilíbrio social, por meio de um conjunto de políticas redistributivas. Por outro lado, o Estado assumiu uma série de políticas como executor, em particular expandindo o acesso gratuito e universal aos serviços de saúde, à educação, à segurança, às infraestruturas básicas e outros setores, que tanto melhoraram o bem-estar das famílias, com o acesso aos bens e serviços de consumo coletivo, como melhoraram a produtividade da economia ao expandir infraestruturas como transporte, energia, telecomunicações, água e saneamento básico, investimentos esses que facilitam muito o funcionamento das próprias empresas privadas. Os sistemas públicos de pesquisa, que podem se dar ao luxo de desenvolver a chamada pesquisa fundamental, trouxeram as principais inovações científicas, desde o DNA até os microprocessadores, a internet e tantas

outras transformações tecnológicas. Até a telinha do celular que podemos manipular com um dedo resulta de pesquisa em instituições públicas, ainda que para nós apareça como Samsung ou Apple. O Estado não foi o problema, foi parte muito importante das soluções.

As organizações da sociedade civil, tanto sindicatos como inúmeras organizações não-governamentais, complementaram o equilíbrio do conjunto, o que poderíamos chamar de arquitetura social, processo decisório equilibrado pela convergência organizada dos diferentes interesses. Essa dimensão muito subestimada do equilíbrio político geral é essencial. Setores que se agigantaram na sociedade, como saúde, educação, segurança e outras políticas sociais não se colocam nas prateleiras de supermercados, são serviços capilares que têm de chegar a cada criança, a cada pessoa, em cada rua, de maneira diferenciada e personalizada, exigindo gestão descentralizada e participativa. A sociedade organizada na base é essencial para o sistema funcionar. O sueco médio participa de 4 organizações não governamentais, acompanha a escola do bairro, as políticas ambientais, o orçamento da cidade. Kroeber, no seu excelente *China's Economy*, constata que a China é ainda mais descentralizada do que a Suécia. Democracia resumida ao voto é uma construção frágil.

Este modelo de acumulação de capital, com um razoável equilíbrio do Estado, das empresas e da sociedade civil, em que pesem as desigualdades e em particular os dramas dos países em desenvolvimento, representou um modelo de acumulação de capital dinâmico e que ainda povoa o nosso imaginário quando falamos de capitalismo, do modo de produção capitalista. Mas o capitalismo que hoje predomina mudou, e não dá muita importância às nossas saudades. O essencial, ao examinarmos as transformações em curso, é que o capitalismo da fase socialdemocrata explorava

os trabalhadores, mas para explorar um trabalhador precisaria pelo menos assegurar-lhe um emprego: é o condicionamento e limitação da mais valia extraída por baixos salários. Por outro lado, para ter para quem vender os produtos, cujo volume se expandia com as novas tecnologias, precisaria limitar a exploração, assegurar salários mais decentes e políticas sociais, e gerar empregos.

Nesse modelo de acumulação, portanto, a apropriação do excedente social pelas elites encontrava limites, tanto pela forma de geração de mais valia, baseada na exploração salarial, como pela necessidade de manter uma elevada demanda agregada, para ter para quem vender. Seria realista também lembrar que a presença de um urso poderoso no Leste tendia a tornar os capitalistas mais flexíveis em termos políticos. Tudo isso iria mudar, levando a um deslocamento profundo no cerne do modo capitalista de produção, que é o mecanismo de acumulação do capital, a forma de geração e de apropriação do excedente social.

Os "trinta anos gloriosos" do pós-guerra foram um sucesso, limitado aos hoje países desenvolvidos, e duraram, precisamente, apenas 30 anos. Os capitalistas se apropriaram da glória do sucesso, proclamando o livre-mercado, a propriedade privada e a livre-iniciativa como solução definitiva para a humanidade. *There is No Alternative (TINA)*, proclamou Margareth Thatcher. O Estado não é a solução, o Estado é o problema, ecoou Ronald Reagan. Milton Friedman daria um lustro acadêmico com a profundidade do *The Business of Business is Business*, os especuladores de Wall Street passaram a repetir em todo fechamento da Bolsa o seu *Greed is Good*. Os economistas montaram inúmeros modelos, baseados na simplificação de que não há sociedade, e sim indivíduos, e de que os indivíduos podem ser simplificados como maximizadores de vantagens individuais, tornando-se

previsíveis. A economia política virou “ciência econômica”. Nascia o neoliberalismo. Robert Reich resume: “*A economia migrou de produzir coisas para produzir instrumentos financeiros. Empreendedores de produtos foram substituídos por empreendedores financeiros.*”<sup>3</sup> O capitalismo hoje navega na lembrança de um passado que funcionou, mas é passado, legitimidade emprestada.

#### 4. O Capitalismo Financeiro

A fase do capitalismo razoavelmente equilibrado, nos países ricos, tanto com o New Deal dos Estados Unidos desde os anos 1930, como de maneira mais generalizada no pós-guerra, caracterizando o Estado de bem-estar, encerra-se praticamente no final dos anos 1970, com a evolução muito acelerada para o hoje chamado neoliberalismo. Aqui nos interessa a mudança no cerne do sistema, que é o mecanismo de apropriação do excedente social. Na fase anterior, o capitalista, para enriquecer, precisava pelo menos produzir e gerar empregos, e inclusive pagar impostos, o que enriquecia a sociedade.

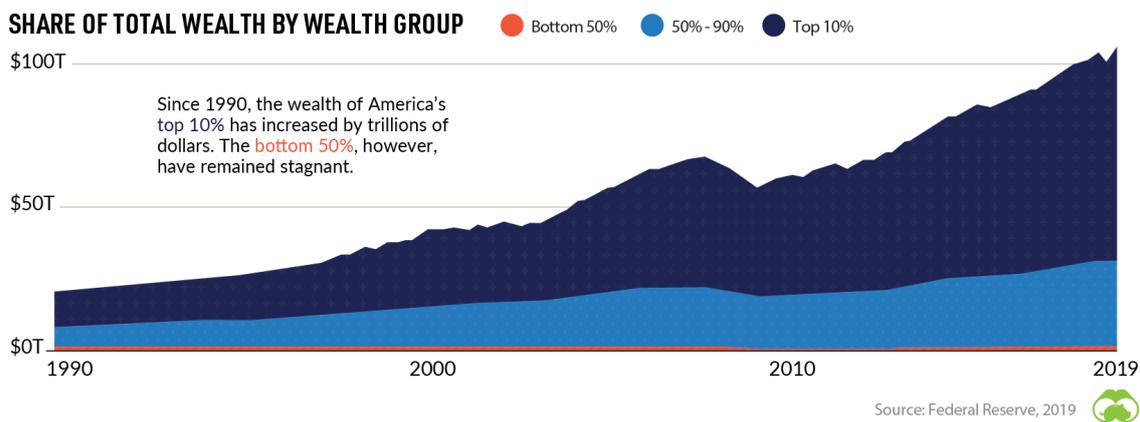
Na fase que se inaugura no final dos anos 1970, o capitalista descobre que os mecanismos financeiros podem lhe garantir enriquecimento com muito menos esforço, e sem tantos constrangimentos. Desta maneira, os quarenta anos seguintes do capitalismo se caracterizam por um aumen-

to radical da desigualdade, uma explosão de fortunas no topo da pirâmide social, e um ritmo muito fraco de crescimento real, apesar dos impressionantes avanços tecnológicos. O contraste destas mudanças estruturais é significativo, pois os avanços tecnológicos, possibilitando o aumento da produtividade, deveriam permitir tanto a aceleração do crescimento como o aumento geral da prosperidade.

O gráfico que segue apresenta a evolução do acesso à riqueza nos Estados Unidos. Os anos 80, como sabemos, foram considerados como “a década perdida”, mas o capitalismo dominante estava se orientando para novas formas de acumulação, centradas no capital financeiro. Em tom escuro, vemos a acumulação extraordinária de riqueza pelos 10% mais ricos, no tom mais claro a evolução dos 50% a 90% que constituem aproximadamente a classe média, e a linha milimétrica e estagnante na base do gráfico mostra a paralisia econômica dos 50% mais pobres da população. São 30 anos de acumulação radicalmente desigual, contrastando com a fase do pós-guerra. Não é misterioso que a base da sociedade norte-americana, que nas últimas décadas, com democratas ou republicanos, se viu excluída do processo econômico, tivesse aderido com tanta força à política do ódio, à anti-política.

---

3 Robert Reich - *The System: who rigged it, how we fix it* – Alfred A. Knopf, New York, 2020 – p.31 - “The economy turned from making things to making financial instruments. Product entrepreneurs were replaced by financial entrepreneurs.”



Fonte: <https://www.visualcapitalist.com/5-undeniable-long-term-trends-shaping-societys-future/>

A pandemia escancarou o processo, na medida em que o contraste entre a paralisia das economias e o crescimento acelerado das fortunas tornou óbvio que o modelo de acumulação se tornara disfuncional. Mas a transformação se dá desde os anos 1980. Thomas Piketty traz os dados da World Inequality Database (WID): *“Os tempos têm sido particularmente acelerados para os que estão mesmo no topo nos Estados Unidos, com a renda anual explodindo em 205% desde 1980 para o 1% superior, e em 636% para o 0,001% superior.”*<sup>4</sup> São dados absolutamente explosivos, sem relação com o ritmo de expansão da produção de bens e serviços, de apenas alguns pontos percentuais. Trata-se de um enriquecimento em ritmo muito mais elevado do que o que permitia a exploração do trabalhador, no quadro da tradicional mais-valia. Piketty deixa isso claro, no mesmo texto: *“A importância crescente da renda derivada do capital – e a crescente concentração de riqueza – têm sido vetores chave da desigualdade. Os ricos estão ficando mais velhos, e uma parte crescente da sua renda provém da propriedade de capital passivo em vez de trabalho ativo.”*

Importante aqui é que Piketty se refere à “renda que provém da propriedade de capi-

tal passivo e não do trabalho ativo”, o que é profundamente diferente de lucro que provém da reprodução ampliada do capital, de empresas produtoras de bens e serviços, que geram valor superior aos seus custos, em particular explorando a mão de obra. Aqui, trata-se de *“renda derivada de capital passivo”*, com o ‘capital’ entendido como recurso financeiro aplicado em produtos financeiros, rendendo juros e dividendos sem o aporte produtivo correspondente. No ciclo de reprodução de capital que conhecemos, dinheiro que gera processos produtivos, que por sua vez geram mais dinheiro, no clássico  $D - P - D'$ ,<sup>5</sup> o P tornou-se desnecessário para essa classe de capitalistas. David Harvey escreve com razão que se trata de patrimônio, não de capital, na medida em que não são recursos que giram e se ampliam no processo de acumulação de capital. ‘Capital passivo’ não é capital, mais bem ‘capital fictício’ como o chamava Marx.

Só o crescimento exponencial de enriquecimento por mecanismos financeiros poderia assegurar este nível de enriquecimento no topo, sem base produtiva correspondente. O *Inequality.org* mostra, por exemplo, que em 2020 a riqueza acumulada da metade mais pobre da população americana era de

4 Guardian, December 14, 2017 – Thomas Piketty et al., launching the World Inequality Report - <https://www.theguardian.com/inequality/2017/dec/14/inequality-is-not-inevitable-but-the-us-experiment-is-a-recipe-for-divergence>

5 A saber: D = dinheiro/capital; P = produção (de bens e serviços).

US\$1,1 trilhão, enquanto 719 bilionários detêm US\$4,56 mais de quatro vezes mais. São 719 pessoas. O número de bilionários no mundo, em 2020, pulou de 660 para 2.750. Os 20 indivíduos mais ricos no mundo detêm mais riqueza que toda a metade inferior da humanidade.<sup>6</sup> Lembremos que o crescimento anual efetivo da produção de bens e serviços no mundo é da ordem de 2,5%. Se tirarmos a China é menos ainda.

A apropriação do excedente social por minorias improdutivas, como vimos, existiu em diversas épocas e com diferentes formas de organização social, mas volta hoje com uma escala e um ritmo de enriquecimento novos. Não é nova a exploração da sociedade por improdutivos, mas sim o fato do processo ter atingido dimensões que transformam o conjunto da sociedade. Quando empresários, que poderiam investir na produção, constatarem que é mais lucrativo investir em produtos financeiros, ou lucrar com mais dividendos sobre ações que eles mesmos recomparam, é a base mesma da acumulação de riqueza que se desloca. Não mais o capitalismo de fortunas merecidas, na medida em que geravam mais produtos e crescimento econômico: trata-se de rentismo.

Oren Cass, diretor executivo do *thinktank* conservador American Compass, se refere às empresas que adotam o sistema como

*“Eroders”, que geram uma erosão do próprio sistema produtivo. “Um eroder é um tipo estranho de empresa que parece consumir os seus próprios órgãos para o benefício de curto prazo dos seus acionistas. Ainda que nem todas as empresas entrem nessa categoria, a grande maioria o faz, representando 90% da capitalização de mercado do último meio-século.”* Essa erosão, segundo Cass, *“representa uma grave ameaça à prosperidade futura da América.”* Não é só no Brasil que ocorre a desindustrialização, contraface da financeirização estéril ou usurária.

*“O problema – escreve Oren Cass – aparece quando o setor financeiro deixa de servir a economia real e ao invés disso a economia real passa a servir ao setor financeiro...Os ativos da economia real tornam-se apenas o meio que o setor financeiro usa para desenvolver uma variedade de atividades não-investidoras (non-investment activities) para o seu próprio lucro...Empresas que não investem em si mesmas estão travando a sua própria produtividade, o que implica em salários mais baixos para os seus trabalhadores. Pagamentos massivos para os acionistas beneficiam essencialmente (overwhelmingly) os ricos, que são donos da maior parte do dinheiro no mercado de ações.”<sup>8</sup>*

A visão de *eroder*, do capitalista que drena a própria capacidade produtiva da empresa,

6 Inequality.org – April 19, 2021 – “\$1.1 trillion is the current combined wealth of the 165 million Americans in the nation’s poorest half. The nation’s 719 billionaires now hold \$4.56 trillion in wealth, over four times as much... The worldwide billionaire population, meanwhile, has leaped by 660 over the past year, to over 2,750. The world’s 20 richest individuals now hold more wealth than the entire bottom half of humanity.” <https://mail.google.com/mail/u/0/?zx=iymwzkb36ps#inbox>

7 Oren Cass, *The corporate erosion of capitalism*: “An Eroder is a strange type of firm that seems to harvest its own organs for its shareholders’ short-term benefit. While not all firms fit these categories, the vast majority do, accounting for 90% of market capitalization over the past half century.” <https://americancompass.org/essays/the-corporate-erosion-of-capitalism/>

8 Oren Cass - Washington Post, April 2, 2021 - “The problem arises when the financial sector stops serving the real economy and instead the real economy serves the financial sector,” Oren Cass said. “The assets in the real economy become merely the medium that the financial sector uses to conduct a variety of non-investment activities for its own profit...” Cass, however, views declining business investment as a driver of many of the ills facing the American economy today. Companies that don’t invest in themselves are hindering their own productivity, which means lower wages for their workers. Massive shareholder payouts overwhelmingly benefit the rich, who own most of the money in the stock market” [https://www.washingtonpost.com/business/2021/04/02/wall-streets-fixation-quick-profits-wreaking-havoc-real-economy-report-says/?utm\\_campaign=wp\\_post\\_most&utm](https://www.washingtonpost.com/business/2021/04/02/wall-streets-fixation-quick-profits-wreaking-havoc-real-economy-report-says/?utm_campaign=wp_post_most&utm)

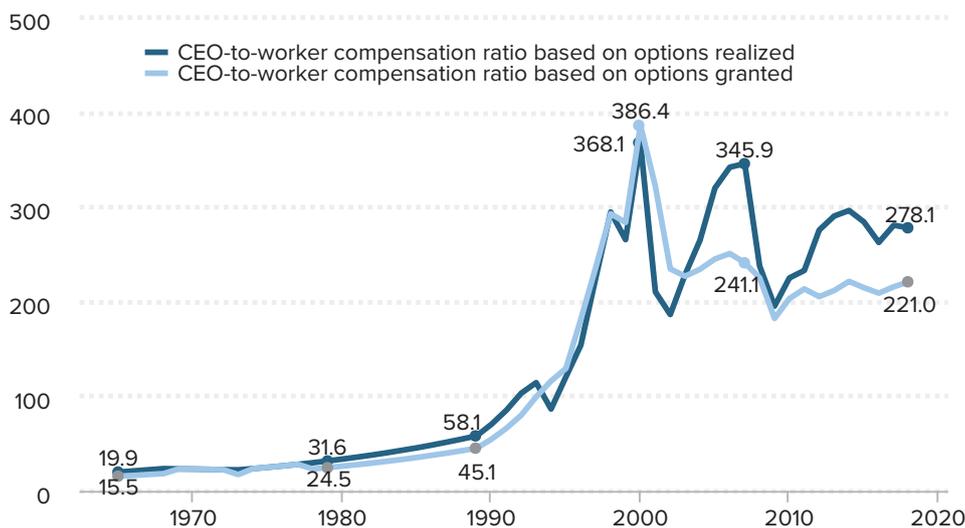
se aproxima muito do conceito de *parasita* que mata o próprio hospedeiro, o *killing the host*, de Michael Hudson: “Essas dinâmicas são diferentes das que regem o capitalismo industrial, e na realidade solapam a economia industrial ao desviar recursos dela para pagar ao setor financeiro e aos seus clientes rentistas.”<sup>9</sup> No Brasil, o exemplo da Samarco, que preferiu privilegiar o pagamento de dividendos aos acionistas e bônus aos executivos do que melhorar a barragem, é neste sentido muito claro. Como a remuneração dos executivos é diretamente ligada aos dividendos repassados aos acionistas, que são do Brasil, mas também de qualquer parte do mundo, nos chamados “mercados”, gera-se uma solidariedade entre os dois níveis, acionistas e executivos, no sentido de maximizar a dinâmica extrativa. O resultado é o prejuízo da própria empresa, na sua capacidade produtiva, e aumento de riqueza

financeira, que no caso deixa de ser capital, e se torna patrimônio. O rentista moderno gosta de se qualificar de capitalista, mas é mais próximo do Mercador de Veneza do que do Capitão de Indústria do século passado.

A mudança da orientação do processo decisório nas empresas produtivas é, para tanto, essencial. A convergência de interesses entre acionistas que recebem dividendos extorsivos, e os executivos das empresas, leva a uma explosão dos níveis de remuneração dos dirigentes empresariais, às custas dos trabalhadores, mas também às custas da capacidade de investimento produtivo das próprias empresas. No gráfico abaixo, vemos que enquanto nos anos 1970 a remuneração dos executivos americanos estava na faixa de 20 vezes o salário médio dos empregados, chega a ser 278,1 vezes superior no período mais recente.<sup>10</sup>

### CEOs make 278 times more than typical workers

CEO-to-worker compensation ratio, 1965–2018



[medium=email&utm\\_source=newsletter&wpsrc=nl\\_most&carta-url=https%3A%2F%2Fs2.washingtonpost.com%2Fcar-ln-tr%2F31937e5%2F60673e869d2fdate56de9123%2F597717059bbc0f6826c041ab%2F46%2F68%2F60673e869d2fda1e56de9123](https://medium.com/newsletter&utm_source=newsletter&wpsrc=nl_most&carta-url=https%3A%2F%2Fs2.washingtonpost.com%2Fcar-ln-tr%2F31937e5%2F60673e869d2fdate56de9123%2F597717059bbc0f6826c041ab%2F46%2F68%2F60673e869d2fda1e56de9123)

9 Michael Hudson, março 2021 - “These dynamics are different from those of industrial capitalism, and indeed undercut the industrial economy by diverting income from it to pay the financial sector and its rentier clients.” <https://michael-hudson.com/2021/01/the-rentier-resurgence-and-takeover-finance-capitalism-vs-industrial-capitalism/> <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial/>

10 Lawrence Mishel and Julia Wolfe - Economic Policy Institute - Executive pay - August 14, 2019 - CEO compensation has grown 940% since 1978 - Typical worker compensation has risen only 12% during that time - <https://www.epi.org/publication/ceo-compensation-2018/>

Marjorie Kelly e Ted Howard chamam este sistema de economia extrativa: “A nossa economia é ‘do 1%, pelo 1% e para o 1%’ como o apresentou Joseph Stiglitz. No seu centro está o que nós, como coautores, chamamos de ‘viés de capital’ (capital bias), um favoritismo relativamente aos donos de finanças e de riqueza que penetra invisivelmente por todo o sistema. Podemos chamá-lo de economia extrativa (extractive economy), pois está desenhado para assegurar que a elite financeira possa extrair o máximo de ganhos para si, em qualquer parte do globo, sem atenção para o prejuízo causado para trabalhadores, comunidades, e o meio ambiente.”<sup>11</sup> Não são investidores no sentido tradicional, produtivo, são “speculative investors” nos termos dos autores, “que detêm ações por minutos e assumem direitos de proprietários”.

Michael Hudson foca precisamente esta dimensão de travamento da produção e em particular da indústria: “Marx e muitos dos reformadores menos radicais que lhe foram contemporâneos viam o papel histórico do capitalismo industrial como sendo o de remover a herança do feudalismo – os latifundiários, banqueiros e monopolistas que extraíam renda econômica sem produzir valor real. Mas aquele movimento de reforma fracassou. Hoje o setor das Finanças, Seguros e Imobiliário (Finance, Insurance, Real Estate, FIRE) recuperou o controle do governo, criando economias neo-rentistas. O objetivo deste capitalismo financeiro pós-industrial é o oposto daquele do capitalismo industrial bem conhecido dos economistas do século XIX. Ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital industrial. O favoritismo fiscal para o imobiliário, a privatização do petróleo e da extração mineral, a banca e os

monopólios de infraestrutura aumentam o custo de vida e de fazer negócios. O trabalho está sendo explorado crescentemente pela dívida junto aos bancos, dívida estudantil, dívida do cartão de crédito, ao passo que a habitação e outros preços são inflacionados com o crédito, deixando menos rendimentos para gastar em bens e serviços quando economias sofrem deflação da dívida.”<sup>12</sup>

Apresentamos essa citação mais longa do Michael Hudson, porque explicita um ponto essencial do presente artigo: uma coisa é constatar a desigualdade explosiva, o aumento radical da apropriação de riqueza no topo da pirâmide. Outra, é quando constatamos que o enriquecimento resulta apenas parcialmente de atividades produtivas, e constitui essencialmente uma apropriação por mecanismos financeiros. Repetindo, ‘ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital industrial.’ Trata-se precisamente de ‘renda’, que resulta do *rentismo improdutivo*, conceito que não se encontra no Aurélio e que apenas começa a aparecer na literatura econômica brasileira, mas a distinção é essencial: ‘renda’ aqui é equivalente a ‘rent’ em inglês (e não *income*) ou ‘rente’ em francês (e não *revenu*). Um capitalismo que reinveste apenas marginalmente na reprodução ampliada do capital, desviando o essencial dos recursos para a ampliação de fortunas pessoas improdutivas, ainda é o mesmo sistema?

## 5. O Rentismo se torna dominante

Estamos acostumados a chamar de ‘capital’ todo valor acumulado, incluindo casas, fábricas, ações, e diversos tipos de papeis financeiros. Mas o conceito de capitalismo está baseado na sua inserção no processo de reprodução de capital, como no caso

11 Marjorie Kelly and Ted Howard, *The Making of a Democratic Economy*, B-K, Oakland, 2019, p. 5

12 Michael Hudson - *O ocidente diz adeus ao capitalismo industrial*, Outras Palavras, 2021 - <https://dowbor.org/2021/03/o-ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial.html> e <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/5794-ressurgimento-rentista-e-tomada-de-controle-capitalismo-financeiro-vs-capitalismo-industrial-1>

de um fabricante de sapatos que investe o seu capital no ciclo produtivo, gerando empregos, produtos e impostos: trata-se aqui precisamente de 'acumulação de capital'.

A reprodução ampliada do capital gera enriquecimento social, ainda que gere também exploração dos trabalhadores. Ter contas gordas, ações, casas e iates significa ter patrimônio, riqueza (*wealth*) mas não capital. Riqueza tinham da mesma maneira os aristocratas franceses, extraída de produtores reais, mas essa riqueza e os castelos não eram capital inserido no ciclo de reprodução de capital. Constituíam um dreno, como bem compreendiam os revolucionários franceses de 1789.

Joseph Stiglitz se refere à *unearned income*, que pode se traduzir por *renda não-mercedada*, e que constitui uma busca de renda, *rent-seeking*: "*Prática de obter riqueza não por meio de atividade economicamente válida, mas extraindo-a de outros, frequentemente por meio de exploração. Os exemplos incluem o monopólio que cobra em excesso pelos seus produtos (rendimentos de monopólio) ou empresas farmacêuticas que conseguem que o Congresso passe uma lei que permite que cobrem preços muito altos, bem como fornecer menos bens, serviços e inovação efetiva ao mercado.*"<sup>13</sup> Trata-se de rendimentos sem a contrapartida produtiva, e não há como chamar isso de capitalismo. Envolve exploração sem dúvida, mas não é o mesmo que uma pessoa tomar o risco de investir numa indústria para produzir, ampliando o capital próprio, mas também a riqueza social.

Marx trata amplamente desta *apropriação que esteriliza o capital*, por exemplo quando trata da usura e do capital fictício. Nessa análise, o que o capitalista produtor transfere para o banco, é apresentado como uma repartição da mais-valia extraída do

trabalhador. O capitalista produtivo tomava crédito, gerando lucro para o banco, mas o próprio crédito permitia os investimentos produtivos. Era o banco com função de fomento. A mudança é profunda quando o sistema de intermediação financeira se torna em grande parte parasita do processo produtivo, gerando fortunas que retornam muito parcialmente para o processo produtivo. Não é mais o sistema financeiro que ajuda a empresa a desenvolver a atividade produtiva, mas o sistema produtivo a serviço da acumulação financeira. Nada que Marx não tivesse detalhado em termos de mecanismo, com a diferença que o sistema financeiro se tornou dominante. A dominância leva por sua vez a uma inversão sistêmica: a produção é atividade fim, a intermediação financeira é atividade meio, e quando os meios se apropriam dos fins, teremos muitos lucros financeiros, e menos produtos.

Montecino e Epstein, no Roosevelt Institute, estimam que apenas 10% do que é extraído do processo produtivo pelo sistema financeiro voltam para a economia real. Mariana Mazzucato estima que possa chegar a 15%. Mas de toda forma, mantém-se a imagem usada pelos americanos, *the tail is wagging the dog*, o rabo está abanando o cachorro. O essencial do excedente produzido pela sociedade vai para não-produtores, e o modo de produção precisa ser definido em função do principal modo de enriquecimento das elites, que é constituído hoje por um conjunto de mecanismos de extração de renda, não por acumulação produtiva de capital. A acumulação de capital pode hoje ser encontrada de maneira muito mais clara na China, inclusive permitindo um ritmo impressionante de desenvolvimento, do que no ocidente 'capitalista'. A China usa o sistema financeiro como fomentador das atividades produtivas.

13 Joseph Stiglitz - *Rewriting the Rules of the American Economy*, 2015, p. 14 - <https://dowbor.org/2015/06/j-stiglitz-rewriting-the-rules-of-the-american-economy-an-agenda-for-shared-prosperity-junho-2015115p.html>

Ellen Brown traz de maneira muito clara a mudança sistêmica, com a América passando do “capitalismo de papai-mamãe” (*mom-and-pop capitalism*) para o que chamou de techno-feudalismo: “*Esses faraós dos últimos dias, os donos do planeta, os 5% mais ricos – fazem com que o resto de nós pague todo dia pelo direito de viver no planeta deles. E à medida que os fazemos mais ricos, eles compram ainda mais o planeta para eles, e usam sua riqueza e poder para brigar entre eles por mais riqueza – apesar de, naturalmente, sermos nós que temos de lutar e morrer na guerra deles.*”<sup>14</sup>

O rentismo está no centro do palco, temos mais do que nunca ‘elites do atraso’, e não surpreende que o sistema atual tenha sido chamado de techno-feudalismo por Ellen Brown, de neo-feudalismo por Joel Kotkin, de capitalismo parasitário por Zygmunt Bauman, que leve ao grito indignado de *The Triumph of Injustice* de Saez e Zucman, e tantas qualificações que se multiplicam. O essencial é compreender que é o núcleo duro do conceito de capitalismo que se deslocou, mudando o próprio processo de acumulação de capital. Não à toa o mundo estagna quando temos tanta tecnologia e tanta riqueza – esta última em grande parte improdutiva.

Capital financeiro, capital extrativo, capital passivo, capital parasitário, tantas qualificações encontramos, em busca de redefinir o sistema. Na realidade o capital subsiste, sem dúvida, nas empresas produtivas, mas o conjunto do sistema, a lógica do reinvestimento, obedece aos interesses de rentistas improdutivos, e os que se referem a um novo feudalismo estão mais pró-

ximos da realidade. Há muita proximidade entre os bailes de Versalhes e as reuniões de Viena de séculos atrás, e o atual glamour de Davos.

Não é misterioso, em termos de mecanismo, e na fase da pandemia, termos tanto enriquecimento no topo da pirâmide, e Bolsas tão pujantes, quando as economias estão paralisadas ou em queda. O divórcio entre o crescimento das fortunas e a estagnação da produção mostra que um já não depende do outro. Otávio Ianni escrevia que “a política mudou de lugar”. O capital também mudou de lugar. É o sistema que se desloca. Na era das fábricas e do operariado no centro do processo econômico, podia-se batalhar pela “socialização dos meios de produção”. **Hoje precisamos resgatar o controle do rentismo improdutivo: finanças, tecnologias, informação, comunicação. O eixo de luta se desloca.**

Muitos lamentam com razão a desindustrialização do Brasil. Mas o essencial está no sistema de financeirização e de intermediação de commodities, que gera essa desindustrialização, ao mesmo tempo que fomenta a reprimarização. Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky deixam isso claro: “*Deixadas por conta própria, as economias de mercado tendem a favorecer atividades de curto prazo ou de rentismo — daí as tendências radicais de financeirização e desindustrialização testemunhadas nas últimas quatro décadas.*”<sup>15</sup> O capital vai para onde rende mais, e não é mais na produção.

Um editorial do Guardian aponta para a profundidade da transformação: “*Hyman Minsky foi um pioneiro na compreensão do controle da finança sobre a economia dos*

14 Ellen Brown, *How America went from mom-and-pop capitalism to techno-feudalism* – May 2021 -<https://scheerpost.com/2021/05/18/how-america-went-from-mom-and-pop-capitalism-to-techno-feudalism/> Tradução Carta Maior: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Como-os-EUA-foram-do-capitalismo-familiar-ao-feudalismo-tecnologico/7/50657>

15 Outras Palavras, 05/02/2021 - <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/> Original em inglês: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/new-fiscal-constitution-job-guarantee-by-mariana-mazzucato-and-robert-skidelsky-2020-07>

*Estados Unidos – e das consequências para a sociedade. Nos anos 1980, ele predisse o surgimento do “capitalismo de gestão do dinheiro” e anteviu que os investidores institucionais se tornariam mestres (masters) do universo. Hoje, estamos em um mundo de “capitalismo gestor da máquina do dinheiro”, em que os algoritmos controlam a compra e venda de títulos. O pioneiro nesta abordagem é a empresa americana BlackRock, que é o maior gestor mundial de ativos e no ano passado se tornou também da Grã-Bretanha. Os humanos ainda definem as regras que os computadores seguem. Mas a inteligência artificial está diluindo a distinção. Os computadores gerem os portfólios de investimento oferecendo fundos negociados em bolsas que automaticamente seguem os índices de ações e títulos. Isso teve tanto sucesso que os três grandes – as firmas americanas BlackRock, Vanguard e State Street – atualmente gerem US\$19 trilhões em ativos, aproximadamente um décimo dos títulos contados no mundo.”<sup>16</sup>*

A dimensão aqui é importante: os ativos dos três grupos acima, pouco conhecidos do público em geral, BlackRock, Vanguard e State Street, são equivalentes ao PIB dos Estados Unidos (21,5 trilhões), e representam cerca de quatro vezes o orçamento do governo federal americano. Só a BlackRock tem ativos de 8,7 trilhões de dólares, cinco vezes o PIB do Brasil. Nada produzem, intermedeiam. São atravessadores, cobradores de pedágio sobre atividades produtivas. O comércio mundial de commodities, por exemplo, está essencialmente nas mãos desses grupos. Constituem os novos vetores de apropriação do excedente social. Ellen Brown, no texto citado acima, ao bus-

car uma dimensão propositiva, foca essencialmente a intermediação: “A reforma do sistema bancário é também outra importante ferramenta. Bancos operando como uma utilidade pública poderiam alocar crédito para atividades produtivas servindo os interesses públicos. Outras possibilidades incluem a aplicação da legislação antimonopólio e a reforma da lei de patentes.” Rentas financeiras, rentas de monopólio, pedágios sobre o conhecimento, pedágios sobre a comunicação, vigilância social individualizada por meio de algoritmos, esses são alguns dos eixos dominantes de apropriação do excedente social, que travam a capacidade de investimento produtivo.<sup>17</sup>

O sistema baseado na exploração dos escravos constituía um modo de produção escravagista, o sistema baseado na exploração dos servos no quadro de feudos foi um modo de produção feudal, o sistema baseado na exploração do operário em fábricas foi um sistema capitalista. **O sistema que hoje enfrentamos, baseado na extração de renda através do controle das empresas produtivas (absentee ownership, regime de proprietários ausentes), da informação e do dinheiro, pode ser considerado um modo de produção rentista, fruto da revolução digital.** Isso é muito mais do que ‘indústria 4.0’. O capital improdutivo, que se insere apenas marginalmente no processo de produção para explorá-lo, não constitui o bom velho capitalismo que tanto denunciávamos, mas que pelo menos produzia, gerava empregos e pagava impostos.

Um sistema baseado na extração do excedente social por meio das diversas formas de rentismo, em que a exploração do

16 Guardian, *Editorial* - March 21, 2021 - <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/mar/21/the-guardian-view-on-finance-failures-manmade-errors-amplified-by-machines>

17 Desenvolvemos a dimensão propositiva em *O Capitalismo de Desloca*, Ed. Sesc, 2020 - <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html> ; para o conceito de sociedade vigiada, ver L. Dowbor (org.), *A Sociedade Vigiada*, Autonomia Literária, São Paulo, 2020

trabalhador pela mais valia deixa de ser dominante, tampouco se interessa por criar emprego. Os avanços tecnológicos contribuem sem dúvida a gerar desemprego pela simples dinâmica de substituição da força de trabalho, mas o processo é bem mais amplo. Neste país de 212 milhões de habitantes, o emprego formal privado se resume a 33 milhões de pessoas. Somando 11 milhões de funcionários públicos, são 44 milhões, apenas 42% da força de trabalho de 105 milhões. Como ordem de grandeza, temos 38 milhões de pessoas no setor informal. Segundo o IBGE, a renda desses trabalhadores é a metade da renda que o trabalhador formal auferir. São pessoas que no essencial “se viram”. Ser empreendedor individual assegura, sem dúvida, frequentemente, uma aparência mais digna à subutilização, mas vemos na própria *uberização* e terceirizações irresponsáveis o que isso pode significar.

E temos 15 milhões de pessoas formalmente desempregadas. Somando os 38 milhões do setor informal, os 15 milhões de desempregados, são 53 milhões, a metade da força de trabalho, parados ou subutilizados. A esse contingente precisamos acrescentar o imenso desalento, pessoas que estão em idade de trabalho, mas desistiram de procurar, e ainda as pessoas classificadas como empregadas, mas que trabalham apenas algumas horas. No conjunto estamos falando de uma massa de 60 milhões de adultos, em idade de trabalho. A subutilização da força de trabalho, num país onde há tantas coisas por fazer, é absolutamente chocante, mas se soma aos próprios processos de substituição tecnológica.

Na realidade, um sistema cuja principal forma de se apropriar do excedente social se dá por meio de *rentismo improdutivo*, precisa cada vez menos de força de tra-

balho para ter quem explorar. O vendedor de bugigangas na praia ou nas praças já anda com “maquininha”, e paga o pedágio para os bancos em cada operação. O antigo proletariado é hoje cada vez mais qualificado de ‘precariado’. O fato de o dreno financeiro ser feito em grande parte sem exigir aumento de produção e de emprego, afeta diretamente a força de trabalho. A tendência é mundial. Na África do Norte, por exemplo, o setor informal supera os 70% da população ativa.

O novo sistema é incomparavelmente mais destrutivo, gerador de desigualdades em escala qualitativamente superior, e irresponsável quanto aos impactos econômicos, sociais e ambientais. No essencial, perdeu a sua função de reprodução e expansão do capital produtivo, do que Marx chamou de reprodução ampliada do capital.

As fábricas não desaparecem com a revolução digital em curso, como a agricultura não desapareceu com a revolução industrial. Mas o eixo estruturante do sistema, a forma de apropriação do excedente social, se desloca. Expandir a produção, os empregos e a correspondente capacidade de compra da população, para poder escoar os produtos, passa a desempenhar um papel secundário. Abaixo traçamos em breves linhas os diversos mecanismos que permitem o que Gar Alperovitz e Lew Daly chamaram de “apropriação indébita”<sup>18</sup>

## 6. Exemplos de mecanismos

### ▪ O Endividamento Generalizado

Quando o endividamento ultrapassa a capacidade de pagamento da dívida, seja por juros elevados ou por volume da dívida – e os banqueiros conhecem perfeitamente a situação do cliente, seja família, empresa ou Estado – gera-se um processo

18 Gar Alperovitz e Lew Daily - *Apropriação Indébita* – Ed. Senac, São Paulo, 2010 - <https://dowbor.org/2010/06/apropriacao-indebita-gar-alperovitz-e-lew-daly-ed-senac-sao-paulo-2010.html>

permanente de transferência de recursos, o chamado *serviço da dívida*, que leva por exemplo a dívidas estudantis que pessoas aposentadas ainda estão pagando: os formandos passarão a vida repassando parte dos seus salários para banqueiros, iludidos que foram pela perspectiva de grandes ganhos que lhes proporcionaria o diploma, com a propaganda muito ativa dos bancos.

No Brasil, em 2003 a dívida das famílias equivalia a 18% dos rendimentos, em 2012 chegou a 45%, pagando juros estratosféricos, e em 2020 atingem 60%. O financiamento da pequena e média empresa seguiu o mesmo ritmo, levando ao estrangulamento financeiro. Ampla pesquisa de fins de 2016, sobre o endividamento privado (famílias e pessoas jurídicas) calculou o volume de recursos extraídos da economia real pelos bancos: 1 trilhão de reais, em um ano, equivalentes na época a 16% do PIB. Somando 6% de juros sobre a dívida pública, é um quinto do PIB transformado em lucros financeiros improdutivos.

Em 18 de dezembro de 2016, o Estado de São Paulo trazia a manchete: "Crise do crédito tira R\$ 1 tri da economia e piora recessão". Apresentamos esses dados com análise detalhada no livro *A Era do Capital Improdutivo*, para o caso brasileiro, mas o endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados é planetário, e envolve tanto o endividamento interno como internacional. Grande parte da humanidade trabalha para alimentar intermediários financeiros. E as pessoas se esquecem que o dinheiro emprestado ou é da própria sociedade, ou é simplesmente emitido, sob forma de sinais magnéticos – dinheiro hoje virtual – pelos próprios bancos, que cobram juros sobre um dinheiro que não lhes custou nada. São atividades-meio, custo líquido para a sociedade que só se

justificaria se o aporte para a acumulação do capital fosse maior do que a extração.

Uma pessoa emitir dinheiro constitui um crime, pois adquire um poder de compra sem ter contribuído com produção. Os bancos hoje emitem dinheiro. O papel-dinheiro impresso pelos governos representa, hoje, como ordem de grandeza, 3% da liquidez total da economia. Os 97% restantes constituem apenas anotações nos computadores, dinheiro virtual, emitido pelos bancos. Quando um banco nos cobra caro por um dinheiro que não precisou pagar, os acionistas passam a adquirir um poder de compra sem ter precisado contribuir com a produção. Lembrando que o Lehman Brothers entrou em falência quando tinha emitido 27 vezes mais dinheiro, sob forma de empréstimos, do que tinha em caixa. O banco faliu, bastaram algumas empresas retirarem seu dinheiro para quebrar, mas os acionistas embolsaram os dividendos. Com a crise de 2008, os bancos receberam trilhões como resgate, dinheiro público, dinheiro que podia ter sido utilizado para infraestruturas e políticas sociais.

A massa da população tem pouca escolha, em particular quando se privatizam as políticas sociais. Segundo Eric Toussaint, *"Bancos privados e outras instituições privadas investiram muita energia no desenvolvimento de uma política de empréstimos para pessoas comuns que buscam empréstimos porque as suas rendas são insuficientes para pagar a educação superior ou os cuidados de saúde. Nos Estados Unidos, a dívida estudantil chegou a US\$1,7 trilhões, com US\$165 bilhões de inadimplência sobre empréstimos estudantis, quando grande parte das garantias são sujeitas a condições abusivas."*<sup>19</sup>

Para se apropriar do excedente social, o banco não precisa gerar emprego, e cada

19 Truthout, June 15, 2021 – *To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt* - <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eld=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>

vez menos gerar crédito produtivo: empregados ou não, no Brasil 62 milhões de adultos estão atolados em dívidas, dos quais 25% em bancarrota pessoal. Com a pandemia, famílias e empresas em situação crítica se atolaram mais ainda, sem ter como escapar da agiotagem. Os trabalhos de Yánis Varoufákis mostram como a extorsão funciona no nível internacional, no caso da Grécia.<sup>20</sup>

### ▪ A Extração de Dividendos

A lógica aqui é próxima da lógica do endividamento. As pessoas que compram ações consideram que estão financiando uma empresa, e com isso favorecendo as atividades empresariais. Mas quando a remuneração das ações (os dividendos), está no limite do excedente que a empresa gera, ela perde capacidade de reinvestimento. O mecanismo permite entender, por exemplo, a dinâmica econômica do Brasil e de outros países, em que a economia não cresce, mas a Bolsa está bombando, gerando mais rendimentos para os acionistas.<sup>21</sup> A tragédia de Mariana, em que a Samarco preferiu aumentar os dividendos dos acionistas, e conseqüentemente os bônus dos executivos, em vez de investir na segurança da barragem, é característica.

Aplicação financeira não é investimento, no sentido de construir uma estrada ou uma fábrica ou uma escola, atividades que geram aumento do capital acumulado da sociedade. Trata-se, precisamente, de aplicação financeira, ainda que os bancos qualifiquem de 'investimento' qualquer atividade especulativa. Da mesma forma, renda gerada por habilidade em lidar com

papéis financeiros não é a mesma coisa que lucro sobre um processo produtivo que gera capital fixo, produto, emprego e impostos. Marjorie Kelly, em livro de grande impacto publicado em 2003, deixa claro o novo mecanismo: *"No desenho do sistema do capitalismo aristocrático, os CEOs são contratados por acionistas e dirigidos por conselhos para focar apenas um objetivo: maximizar os retornos dos acionistas. Os executivos são pagos apenas quando atingem esse objetivo... Temos hoje indignação (outrage) quanto à falta de legitimidade dos ganhos dos CEOs. Mas em nenhum lugar encontramos indignação quanto à falta de legitimidade dos ganhos dos acionistas, pois se trata do sol em volta do qual o sistema gira. Questioná-lo é questionar o direito divino do capital."*

A autora explicita que esse tipo de apropriação de recursos equivale à apropriação indébita dos senhores feudais: *"Os detentores de ações se apropriam de uma riqueza para a criação da qual pouco contribuíram, de forma parecida como os nobres proclamavam privilégios para os quais não trabalharam... Em vez de capitalizar empresas, o mercado de ações as descapitaliza. Os detentores de ações durante décadas têm representado um imenso dreno da liquidez das corporações. Eles são a mais morta da madeira morta. É até incorreto falar dos detentores de ações como investidores, pois em verdade são extratores. Quando compramos ações não estamos contribuindo com capital: estamos comprando o direito de extrair valor."*<sup>22</sup> Lembremos que, como ordem de grandeza, 85% das aplicações financeiras estão nas mãos dos 10% mais

20 O filme de Kostas Gravas, *Adults in the Room (Jogo do Poder, no Brasil)* tem a vantagem de mostrar como se articulam o poder político e o sistema financeiro, detalhando os mecanismos de exploração pela dívida.

21 Para o Brasil, ver o artigo de Paulo Kliass, *A Bolsa vai bem e o povo vai mal* - Carta Maior, 9 de junho de 2021 - <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/A-bolsa-vai-bem-e-o-povo-vai-mal/7/50775>

22 Marjorie Kelly - *The Divine right of Capital* - Berrett-Kohler Publishers, San Francisco, 2003, páginas xiii, 29 e 35; em carta publicada no quadro do Business Round Table em 2019, 181 das maiores corporações americanas se comprometem a ir além do interesse dos acionistas, para responder a preocupações ambientais e sociais,

ricos. É um pedágio generalizado sobre processos produtivos.<sup>23</sup>

- **Monopólio de Demanda: o poder das plataformas**

O dinheiro, como vimos, é hoje representado por sinais magnéticos. O dinheiro virtual permite apropriação de fragmentos de praticamente todas as atividades econômicas por meio de pedágios financeiros. No caso dos cartões de crédito, no Brasil, onde antigamente o dinheiro da compra saía do bolso do cliente diretamente para o caixa do comerciante, hoje com o pagamento por cartão de crédito, o banco drena cerca de 5% do valor da compra, sem produzir nada. Na modalidade “débito”, o dreno é da ordem de 2,5%. Com dezenas de milhões de transações diárias com cartão, o volume se torna muito elevado.

O Dieese calcula que com essas e outras tarifas, sem contar os juros, os bancos pagam uma vez e meia a sua folha de pagamentos. Em outra era tecnológica não seria viável inserir pequenos drenos em tantas operações dispersas, mas com a moeda digital é só colocar a instrução no computador para drenar pequenas quantias de dezenas de milhões de pessoas. “Enter”. Essa microdrenagem atinge a todos, sem gerar atividade econômica real ou empregos.

Uma drenagem semelhante é imposta às transferências internacionais para famílias. Milhões de pessoas hoje trabalham nos Estados Unidos ou na Europa e fazem regularmente remessas para os países de origem. Trata-se de pequenos montantes, feitos por pessoas simples, e os intermediários cobram, como ordem de grandeza, 7% do valor remetido, quando os custos, simples envio de sinais magnéticos no

computador, se contam em centavos por remessa. Trata-se de mais um pedágio que consiste apenas numa instrução no computador.

A expansão da *economia das plataformas*, onde antes dominavam unidades empresariais, generalizou a microdrenagem de maneira dramática. Inúmeros serviços não são mais comprados, adquire-se o direito de acesso. Jeremy Rifkin escreveu um excelente livro sobre essa transformação, *A Era do Acesso*. Pagamos mensalidades para ter acesso a filmes no Netflix, recebemos inúmeras ofertas com propostas de mensalidades baixas, inclusive alguns meses gratuitos no início. O fato é que esses microdrenos se somam, cortar o vínculo é burocraticamente irritante, e aqui são centenas de milhões de pessoas que veem as suas contas no banco reduzidas, quer utilizem os serviços ou não.

A BBC é paga, pelo preço do custo. Um britânico paga pelo serviço, que é público, e tem boa programação sem publicidade, no que tem sido qualificado de “a melhor televisão do mundo”. Nas TVs comerciais, a TV aberta se apresenta “sem custos”, mas o pagamento é simplesmente indireto. A publicidade que interrompe os programas representa custos para as empresas que promovem os seus produtos, custos que são incorporados nos preços dos produtos que compramos. De toda forma o dinheiro sai do nosso bolso, mas de forma indireta. E temos de enfrentar os intervalos publicitários, pagos do nosso bolso.

O básico hoje, em termos de acesso aos serviços de comunicação, é o acesso à internet, a uma linha de celular, e a canais de TV minimamente decentes. Os pacotes oferecidos estão na mão de algumas em-

---

na linha do ESG (Environment, Social, Governance). Por enquanto, basicamente declarações de intenção - <https://dowbor.org/2019/10/ladislau-dowbor-a-economia-desgovernada-novos-paradigmas-14-de-outubro-de-2019.html>

23 Para uma análise detalhada dos mecanismos de apropriação do excedente social no chamado mercado de capitais, ver Cédric Durand, *How Finance is Appropriating our Future* - Verso, London, 2017

presas apenas, que cobram o que querem pois se trata de serviços essenciais e por que constituem um oligopólio. Aqui também não é algo que compramos, e sim uma mensalidade que passamos a pagar para ter “acesso”, para estar conectado. Os custos são ridículos se comparados com os preços cobrados, simples retransmissão de sinais. Não à toa o mexicano Carlos Slim tem uma fortuna da altura do Bill Gates. É um intermediário da comunicação. No Brasil ele controla a Claro.

As maiores fortunas mundiais hoje não são mais baseadas em atividades produtivas, mas de intermediação do dinheiro, e de intermediação da comunicação. O Facebook, por exemplo, é gratuito na aparência. As fortunas que fluem para a empresa vêm da publicidade, que é paga por empresas que as incluem nos custos de produção, da mesma forma que no caso da TV aberta, e terminam saindo do nosso bolso. Aqui tampouco temos opção, se trata de ‘monopólio de demanda’, ou seja, somos obrigados a utilizar o que os outros utilizam, o que leva a uma situação em que a empresa lucra com bilhões de pessoas que pagam os custos, incorporados nos produtos que compram. As gigantescas fortunas que surgem da *uberização* da economia fazem parte desta capacidade técnica de colocar drenos de tantas coisas pequenas que pagamos, dinheiro que flui para as sedes mundiais dos grandes grupos, plataformas de pedágio. Estamos falando aqui das maiores fortunas do mundo, no sistema que permite que fragmentos do que ganha um simples entregador com a sua moto ou sua bicicleta seja aspirado para os grandes grupos mundiais.

O fato é que em grande parte o capitalismo de pedágio não exige esforços por parte de quem cobra, o dinheiro é deduzi-

do da conta bancária, do salário, ou incorporado no preço da compra, ou disfarçado como tarifas que nos parecem módicas, e o resultado são fortunas monumentais que resultam de simples intermediação. Não é inevitável. Lembremos que um serviço essencial e de uso diário generalizado é o WorldWideWeb, o www que colocamos em qualquer comunicação, não gera nenhum custo. É administrado por um consórcio mundial sem fins lucrativos, e é nessa rede sem custos que navegam os serviços comerciais que drenam as nossas contas. Tim Berners-Lee, criador do WWW, se recusou a cobrar tarifas de intermediação, dizendo que simplesmente não faria sentido: a comunicação é de utilidade pública.<sup>24</sup>

#### ▪ **Privatizações e Apropriação de Recursos Naturais**

As fortunas modernas encontraram na narrativa de que o Estado mínimo é melhor, o caminho para se apropriarem de riqueza sem precisar investir, herdando a baixo custo um capital construído pelo setor público com os recursos públicos. É o caso, em particular, da apropriação de extração mineral, produtos naturais que fazem parte da nação, e que são exportados em bruto, rendendo imensas fortunas para os acionistas. O Banco Mundial, desde 1993, propõe contabilizar a extração de petróleo, por exemplo, como descapitalização do país, e não como aumento do PIB.

O caso da Petrobrás constitui um exemplo. Das negociações que se desenrolaram na primeira década do milênio, resultou uma legislação importante: o petróleo sendo da nação, os lucros da sua venda deveriam ser canalizados para financiar o desenvolvimento do país, haveria ‘partilha’ e não entrega. Com a privatização, as reservas servirão para alimentar dividendos

24 O pequeno livro de Tim Berners-Lee, *Weaving the Web* (tecendo a teia), é muito instrutivo para a compreensão do potencial subutilizado e do dreno comercial. Ver também Eric S. Raymond, *The Cathedral and the Bazaar* - Cambridge, 2001 - <https://dowbor.org/2008/02/the-cathedral-and-the-bazaar-2.html>

de acionistas do Brasil e do resto do mundo, resultando em rentismo improdutivo, e aparência de progresso ao aumentar o PIB.

A privatização da Eletrobrás segue no mesmo caminho. O Brasil possui uma base importante de produção de energia hidroelétrica, e realizou, com os impostos da população, infraestruturas de grande porte, tanto de geração como de transmissão e de capacidade de gestão. *“Estimativas calculam que o valor de mercado da Eletrobrás é de pelo menos R\$ 400 bilhões, podendo chegar a R\$ 1 trilhão. E o governo quer entregar por R\$ 60 bilhões... A Eletrobrás tem R\$ 15 bilhões em caixa e, graças a seus bons indicadores financeiros, pode tranquilamente alavancar mais R\$ 40 bilhões. Tem total condições de realizar novos investimentos. Desde 2019, já distribuiu R\$ 7,6 bilhões só em dividendos.”*<sup>25</sup> Aqui também há uma apropriação de bens públicos sem a contrapartida correspondente, e recursos gerados com investimento público passarão a alimentar com proporção radicalmente superior grupos financeiros não produtivos, que poderão inclusive aumentar preços – prioridade dos acionistas – e encarecer a energia elétrica tanto para famílias como para empresas. O preço do quilowatt seguirá o preço do botijão de gás e do litro do combustível.

A tendência é planetária, gerando mais apropriação do excedente social e dos recursos naturais por grupos financeiros improdutivos. George Monbiot apresenta essa dinâmica: *“Cortar o financiamento das repartições, eliminar as equipes e descartar os expertos que as apoiavam, fechar programas de pesquisa, perseguir os funcionários públicos que permanecem, o estado que odeia a si mesmo está destruindo o próprio aparato de governo. Ao mesmo tempo,*

*está destruindo as proteções públicas que nos protegem do desastre... As forças que ameaçam destruir o nosso bem-estar são também as mesmas por toda parte: essencialmente o poder de lobby dos grandes negócios e do grande dinheiro, que veem a administração pública como um impedimento aos seus interesses imediatos.”*<sup>26</sup>

Os investidores institucionais privados que adquiriram a empresa pública irão sem dúvida explorar os trabalhadores, na linha da mais-valia tradicional, mas a sua posição de força lhes permitirá gerar renda de monopólio, sob forma de dividendos e de preços mais elevados, que todos os cidadãos irão pagar.

#### ▪ **Apropriação dos Bens e Serviços de Consumo Coletivo**

Em economias que funcionam de maneira razoável, o bem-estar das famílias depende em grande parte do acesso gratuito a bens de consumo coletivo. Como ordem de grandeza, podemos dizer que 60% do conforto familiar depende do dinheiro no bolso, que permite fazer as compras, pagar o aluguel, coisas que permitem que nos sintamos mais seguros e donos das nossas vidas. Mas os outros 40% constituem o que tem sido chamado de salário indireto, e consiste no acesso aos bens de consumo coletivo.

Precisamos de segurança, mas não se compra a delegacia de polícia. Temos de ter acesso aos serviços de saúde, não só curativos, como preventivos, sob forma de saneamento básico, controle de emissões, restrição aos agrotóxicos e antibióticos na nossa comida. O acesso à educação precisa ser generalizado, gratuito, público e universal, toda criança precisa ter a sua

25 Miriam Leitão – Brasil 247, 15 de junho de 2021 - <https://www.brasil247.com/economia/miriam-leitao-consumidor-vai-pagar-uma-eletobras-para-o-governo-privatizar-a-eletobras?amp>

26 George Monbiot – *Is this the end of civilisation?* - Guardian, January 24, 2018 - <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jan/24/end-civilisation-take-different-path>

chance na vida, e a desigualdade do acesso trava o imenso potencial de contribuição econômica e social da massa mais pobre da população, constituindo uma esterilização das possibilidades de desenvolvimento. Thomas Piketty trabalha com razão a desigualdade educacional no mesmo nível crítico que a desigualdade de renda e de patrimônio.

O *rentismo* nessa área surge, no Brasil como em outros países, do fato de que as restrições do acesso aos bens de consumo coletivo obrigam as famílias a se voltarem para os serviços privados. É o caso, por exemplo dos planos privados de saúde. Ainda que representem solução adequada para os mais ricos, que querem ter um serviço sob medida, a saúde privada deixa de fora a ampla maioria da população. A lei do Teto de Gastos, ao reduzir os recursos do SUS, por exemplo, força as pessoas a contratarem planos privados, ainda que estejam no limite em termos de renda. A fragilização da educação pública tende a ter o mesmo efeito, empurrando os pais a se sacrificarem para assegurar um melhor futuro para os seus filhos, com uma base mais sólida de conhecimentos. A guerra contra as universidades federais tende a ter o mesmo efeito, de forçar mais clientes para o que se tornou uma indústria do diploma. Uma geração de estudantes que saem das universidades com grandes dívidas, para descobrir que o emprego sonhado não é garantido, faz pouco sentido.<sup>27</sup>

Não são médicos os que comandam os planos privados de saúde, nem educadores no caso das escolas, e sim grupos financeiros. A revista Forbes apresenta as fortunas pessoais acumuladas em 2019. Carlos Wizard tem uma fortuna pessoal de

3 bilhões de reais: “*Wizard voltou ao mundo da educação em 2017, com a compra de 35% da Wiser Educação, dona das redes WiseUp e NumberOne, do também bilionário Flávio Augusto da Silva. Em abril deste ano, o grupo vendeu participação minoritária do grupo para o Itaú, por meio do seu fundo de investimentos Kinea, por 200 milhões.*”<sup>28</sup> Educadores?

É importante notar que se trata de negócios, numa era em que o acesso à educação está se tornando fundamental. Chaim Zaher acumulou uma fortuna de 2,5 bilhões, vendendo as marcas Dom Bosco, Pueri Domus, Name e COC para a financeira britânica Pearson por 888 milhões, e a rede de ensino superior UniSEB para o grupo Estácio por 615 milhões. O paraibano Janguê Diniz é o principal acionista da Ser Educacional, abriu capital na Bovespa em 2013, comprou a Univeritas de Minas Gerais em 2016, e investe em educação à distância, uma grande indústria com baixos custos, elevados lucros, e frágeis resultados educacionais.

Na área da saúde é característico o comportamento de Paulo Sérgio Barabanti, com uma fortuna de 1,6 bilhão, que vendeu a Intermédica para a *private equity* norte-americana Bain Capital, depois retirou-se da atividade e vive da fortuna acumulada. Para que se tenha uma ordem de grandeza, uma pessoa que aplica a fortuna de 1 bilhão para um módico rendimento de 5% ao ano está ganhando 137 mil reais por dia, de mão no bolso. É o também o caso de José Seripieri Filho, com uma fortuna de 1,2 bilhão, que a fez com a Qualicorp, que administra planos de saúde coletivos no Brasil. Repassou a atividade para outros, e passou a viver do rendimento de ações.

27 A Folha de São Paulo de 20 de junho de 2021 apresenta pesquisa de que 47% dos jovens entre 15 e 29 anos gostariam de deixar o país. Essa perspectiva da nova geração é um desastre para o país.

28 Forbes, *Mais de 200 bilionários brasileiros* – Ano VII, N. 71, 2020, p. 98 – Ver em particular a tabela da p. 111; ver também edição 89 de agosto de 2021, *315 Bilionários Brasileiros*. O grupo de bilionários passou a ter um patrimônio equivalente a 25% do PIB.

É um comportamento generalizado: empresários que começaram uma atividade produtiva, vendem a empresa para grupos financeiros, muitas vezes estrangeiros, como a Pearson na área da educação, ou a BlackRock na área da saúde, e passam a viver do rendimento das ações. As empresas, por sua vez, passam a ser utilizadas para extrair o máximo de dividendos. Os 11 bilionários que vivem de explorar o setor da saúde acumularam uma fortuna de 56,88 bilhões de reais. As empresas que gerem essas fortunas buscam extrair o máximo. A educação dos jovens e a saúde das famílias constituem apenas uma fonte. *The business of business is business.*

O raciocínio pode ser aplicado a numerosos setores. Tanto o conforto das famílias como a produtividade das empresas dependem, por exemplo, de ruas asfaltadas, de redes de estradas e semelhantes. O essencial aqui, é que grande parte das infraestruturas foi construída com recursos públicos, permitindo rendimentos mais elevados do setor privado sem que as empresas tenham contribuído significativamente para os custos. A produtividade sistêmica de um país, e o lucro ampliado das empresas, dependem muito das infraestruturas e dos serviços de consumo coletivo, lucro líquido para as empresas, que irão se referir apenas à própria criatividade e ao poder mágico dos 'mercados.' Essa dimensão simplesmente não aparece nas contas econômicas, mas sim nas análises de Hazel Henderson, que apresenta a necessidade de ajuste na contabilidade nacional, incluindo a contribuição produtiva das infraestruturas geradas pelo setor público.

Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky denunciam a política fiscal contracionista, e resgatam esse papel das políticas públi-

cas: *"A crise do covid-19 tornou as falhas do modelo ortodoxo ainda mais óbvias, ao ressaltar a grave deficiência de bens públicos, desde a infraestrutura básica de saúde até equipamentos de proteção individual... Agora que o COVID-19 expôs os danos causados pelo paradigma anterior, é hora de começar a mapear uma nova era de investimento público para remodelar nosso cenário tecnológico, produtivo e social. Deixadas por conta própria, as economias de mercado tendem a favorecer atividades de curto prazo ou de rentismo — daí as tendências radicais de financeirização e desindustrialização testemunhadas nas últimas quatro décadas."*<sup>29</sup> Quando corporações usam serviços públicos, mas praticam a evasão fiscal, trata-se do *free-riding* de rentistas.

#### ▪ Evasão Fiscal

O dinheiro ganho pelos rentistas gera imensas fortunas sem contribuição produtiva, mas também sem pagar impostos. O sistema econômico em geral depende em grande parte de capital público acumulado, hoje muito amplo nos países ricos, mas também no Brasil, sob a forma de infraestruturas energéticas, de transportes, de comunicação, de saneamento, além dos sistemas de saúde, educação, segurança e outros que são essenciais para a sociedade como um todo.

O excedente produzido pela sociedade depende vitalmente do capital público acumulado. Essa base essencial da produtividade econômica foi financiada com recursos públicos, e pagar os impostos constitui um dever tanto do cidadão como das empresas que usam essas infraestruturas. Boas infraestruturas reduzem custos de produção, constituindo *economias externas* para as empresas. Mas as grandes

29 - Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky – *New fiscal Constitution and job guarantee* – 2020 - Tradução em português em <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/> Original em inglês: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/new-fiscal-constitution-job-guarantee-by-mariana-mazzucato-and-robert-skidelsky-2020-07>

fortunas têm suficiente força política para evitar de pagar a sua parte.

No caso brasileiro é absurda a lei de 1995 que isenta de tributação lucros e dividendos distribuídos. Mas o caso dos magnatas mundiais não é muito diferente, como se viu com os dados fiscais dos maiores bilionários americanos vazados em 2021. Um sistema simples permite uma evasão gigantesca: nos Estados Unidos, os bilionários mantêm as suas fortunas em ações, imóveis, objetos de luxo, que só seriam taxados quando vendidos. *“O sistema tributário dos Estados Unidos foca na renda, não no que é chamado de ganhos não-realizados sobre ações não vendidas, imóveis ou outros ativos...Ninguém entre os 25 mais ricos evitou tanto imposto como Buffett, o ancião centibilionário. Isso talvez seja surpreendente, dada a sua imagem pública como advogado de impostos mais elevados para os ricos. De acordo com a Forbes, a sua riqueza aumentou em US\$24 bilhões entre 2014 e 2018. Durante esses anos, os dados mostram, Buffett informou ter pago US\$23,7 milhões em impostos. Isso representa uma alíquota efetiva de 0,1%, ou seja, menos de 10 centavos para cada US\$100 que ele acrescentou à sua riqueza.”*<sup>30</sup> Os dados do ProPublica mostram que o comportamento é generalizado, envolvendo as maiores fortunas.

Robert Reich, que foi secretário do trabalho de Clinton, mostra a relação entre a evasão fiscal absurda – quanto mais ga-

nam, menos pagam – e a apropriação do processo decisório público nos Estados Unidos: *“A bomba que representou o relatório do ProPublica sobre o fato dos super-ricos americanos pagarem pouco ou nada em impostos revela não só a sua riqueza espantosa como também a forma como traduziram essa riqueza em poder político para encolher os seus impostos para quase nada.”*<sup>31</sup>

Eric Toussaint, um especialista em dívida, traz com clareza o impacto dos ricos não pagarem impostos sobre o crescimento da dívida pública: *“A dívida pública continua a explodir em volume porque os governos estão se endividando massivamente para evitar de taxar os ricos no pagamento das medidas de resistência à Covid-19, e não demorarão a retomar a sua ofensiva de austeridade.”*<sup>32</sup> Mariana Mazzucato apresenta os mecanismos que permitem que as corporações usem recursos desenvolvidos no setor público, cobrando dos consumidores pelo que não produziram, e sonogando impostos sobre os lucros obtidos.<sup>33</sup>

#### ▪ Paraísos Fiscais

Os paraísos fiscais jogam um papel hoje fundamental na perda de controle por parte dos Estados. O exemplo da Microsoft é ilustrativo do comportamento geral das grandes corporações: *“Uma subsidiária irlandesa da Microsoft teve um lucro de US\$315 bilhões no ano passado, mas não pagou imposto sobre corporações já que é ‘residente’, para efeitos tributários, em Ber-*

30 ProPublica, 8 de junho de 2021 - [The Secret IRS Files: Trove of Never-Before-Seen Records Reveal How the Wealthiest Avoid Income Tax — ProPublica](#)

31 Robert Reich - When America's richest men pay \$0 in income tax, this is wealth supremacy – Guardian, June 10, 2021 - <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jun/10/when-americas-richest-men-pay-0-in-income-tax-this-is-wealth-supremacy>

32 Truthout, June 15, 2021 – *To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt* - <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eId=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>

33 Mariana Mazzucato – *O Estado Empreendedor* – Anthem Press, 2011 - <https://dowbor.org/2019/10/mariana-mazzucato-the-entrepreneurial-sate-debunkiong-public-vs-private-sector-myths-anthem-press-new-york-2015.html>

*muda. O lucro gerado pela Microsoft Round Island One é igual a quase três-quartos do PIB da Irlanda – ainda que a empresa não tenha empregados. A subsidiária, que recolhe direitos de licenciamento para o uso de software da Microsoft sujeito a copyrights, apresentou um lucro anual de US\$314,7 bilhões no ano até o final de junho de 2020, de acordo com as contas prestadas na Irish Companies Registration Office.”<sup>34</sup> A Microsoft não era uma empresa americana?*

O Roosevelt Institute aponta igualmente o peso dos paraísos fiscais e a perda de controle público sobre as grandes corporações, na ausência de instrumentos multilaterais de regulação: *“A legitimidade das instituições econômicas multilaterais depende de elas produzirem resultados que líderes de estados soberanos e democráticos possam abraçar. Quando corporações multinacionais transferem US\$1,38 trilhões dos seus países de origem para paraísos fiscais como Luxemburgo ou as Ilhas Cayman para evitar de pagar impostos, e companhias como Facebook detêm um poder desproporcional nas nossas democracias, as instituições multilaterais podem e devem servir como poder coletivo de contrapeso para prevenir a extração de riqueza às expensas da nossa população... Agora é o tempo de nos movermos para além da ordem neoliberal e para uma nova era de igualdade e justiça. Agora é o momento de reescrevermos as leis internacionais.”*

Felicia Wong, do Roosevelt Institute, estima que precisamos de um novo Bretton Woods, e lembra corretamente que as opções pertencem a nós como sociedade, são regras (*rules*) e não “leis” econômicas imaginárias: *“Os resultados econômicos são o produto de instituições políticas, de escolhas humanas, e de regras que estruturam os mercados.”<sup>35</sup>*

Depois de anos de hesitações, em meados de 2021 finalmente aparece no horizonte uma proposta de uma taxa de 15% sobre os lucros das corporações transnacionais. Dani Rodrik resume: *“O acordo do G7 tem dois eixos. Primeiro, propõe um imposto mínimo de 15% sobre as maiores corporações. Segundo, uma parte do lucro global dessas corporações será trazido de volta aos países onde fazem os negócios, independentemente da localização das suas sedes físicas.”<sup>36</sup>* A importância da decisão do G7 é sem dúvida o fato de possibilitar financiamento adicional de políticas públicas, mas também o fato dos fluxos financeiros internacionais passarem a ser registrados, e o jornal *The Economist* avalia que se trata de uma restrição drástica ao papel dos paraísos fiscais em geral. Mas por enquanto o sistema segue se expandindo, como se constata nas sucessivas revelações do ICIJ sobre os Panama Papers, Paradise Papers e Pandora Papers.<sup>37</sup>

Para quem pensa que a evasão fiscal por meio de paraísos fiscais é um processo

34 Guardian, Microsoft Irish Subsidiary paid zero corporate tax on 220bn profit last year – June 3, 2021 - <https://www.theguardian.com/world/2021/jun/03/microsoft-irish-subsiary-paid-zero-corporate-tax-on-220bn-profit-last-year>

35 Felicia Wong – A Bretton Woods Moment - Roosevelt Institute, April 28, 2021 - [A Bretton Woods Moment: How This Year’s G7 Summit Could Rewrite the International Rules](https://rooseveltinstitute.org/a-bretton-woods-moment-how-this-years-g7-summit-could-rewrite-the-international-rules/) (rooseveltinstitute.org)

36 Dani Rodrik - The G7 Tax Clampdown and the End of Hyper-Globalization by Dani Rodrik - Project Syndicate, June 7, 2021 – Os impactos financeiros podem ser encontrados em <https://joserobertoafonso.com.br/collecting-the-tax-deficit-of-multinational-companies-barake-et-al/>

37 ICIJ – Pandora Papers – Outubro 2021, [https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/global-investigation-tax-havens-offshore/?utm\\_source=ICIJ&utm\\_campaign=8ce10323e7-20211003\\_WeeklyEmail&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_992ecfdbb2-8ce10323e7-82319785](https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/global-investigation-tax-havens-offshore/?utm_source=ICIJ&utm_campaign=8ce10323e7-20211003_WeeklyEmail&utm_medium=email&utm_term=0_992ecfdbb2-8ce10323e7-82319785)

Para as fortunas brasileiras em Luxemburgo, ver <https://dowbor.org/2021/03/luxemburgo-paraíso-fiscal-das-riquezas-brasileiras.html>

marginal, o *The Economist* traz os números básicos: “Um estudo de 2018 concluiu que cerca de 40% dos lucros das multinacionais realizados no exterior são artificialmente transferidos para países de impostos baixos. Um funcionário envolvido de perto nas discussões atuais pensa que o acordo que está tomando forma poderia “praticamente matar os paraísos”... A parte dos lucros no exterior das multinacionais registrados nos paraísos fiscais subiu de 30% duas décadas atrás para cerca de 60% hoje.”<sup>38</sup> São 60% dos lucros, e dobrando em duas décadas.

Apresentamos os dados de forma mais detalhada no livro *A Era do Capital Improdutivo*. O que nos interessa aqui é que esses recursos não fazem parte de um processo de reprodução do capital, é literalmente dinheiro gerando dinheiro, processos extrativos que asseguram uma apropriação radicalmente mais intensiva do excedente social por elites improdutivoas. Lembremos que Marx, no livro II de *O Capital*, considerava essa evolução para a ampliação do capital fictício como previsível. O que para nós é essencial, é que o capital fictício, tornando-se dominante, com capacidade inclusive de se apropriar das políticas públicas, e prejudicando a acumulação produtiva do capital que era central no sistema capitalista, apresenta dinâmicas estruturalmente diferentes quando se torna dominante. Neste mundo plenamente financeirizado, governos nacionais enfrentando o poder do dinheiro global, gerou-se o caos financeiro, um cassino especulativo insus-

tentável para a humanidade.

## 7. Novos Mecanismos, Novos Rumos, Outras Frentes de Luta

“Podemos certamente dizer que a nossa proficiência tecnológica excede de longe o nosso desenvolvimento moral, social e político”<sup>39</sup>

Oliver Stone e Peter Kuznick

A breve apresentação das formas de *apropriação improdutivoa do excedente social* que aqui desenhamos pode ser expandida. Por exemplo, a manipulação das pessoas, que ainda chamamos inocentemente de publicidade, transformou-se em gigante econômico. Envolve a análise detalhada e comercialização dos nossos comportamentos, canalização individualizada de mensagens comerciais e políticas por meio de algoritmos, que geram a força econômica do Alphabet, com quase dois trilhões de dólares (mais do que o PIB do Brasil), ou do Facebook, acima de 1 trilhão. Esse dreno financeiro atinge o bolso de cada um de nós, ao ser incorporado, pelas empresas que usam esses serviços, nos custos de produção do que compramos. Usar o Face aparece como gratuito, mas os custos são cobrados de todos nós, indiretamente. Custos reduzidíssimos, lucros desproporcionais. É rentismo de intermediação da comunicação, mas também poder.<sup>40</sup>

É igualmente importante estudar o dreno financeiro que representa a especulação imobiliária, tão bem apresentada no Bra-

38 *Economist*, June 2, 2021 - *Twilight of Tax Havens* - <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/06/01/twilight-of-the-tax-haven>; *Economist*, May 15, 2021 - *What would a new system for taxing multinationals look like* - [https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/05/13/what-could-a-new-system-for-taxing-multinationals-look-like?itm\\_source=parsely-api](https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/05/13/what-could-a-new-system-for-taxing-multinationals-look-like?itm_source=parsely-api)

39 Oliver Stone and Peter Kuznick - *The untold history of the United States* - Gallery Books, New York, 2019 - “It can certainly be said that our technological proficiency far exceeds our moral, social, and political development”. P. 734

40 Uma leitura particularmente importante é o livro de Manuel Castells, *Communication Power*, Oxford U.P., 2009. Sobre a dimensão das grandes corporações da área, ver Aran Ali - *Visual Capitalist - 3 companies now make up 50% of US ad revenues: Google, Facebook, Amazon* - July 18, 2021 - <https://www.visualcapitalist.com/3-companies-make-up-50-percent-of-us-ad-revenues/>

sil pela Ermínia Maricatto e Pedro Rossi.<sup>41</sup> Gigantescas fortunas são colocadas ao abrigo do fisco ao serem investidas em imóveis. As áreas nobres de Londres, por exemplo, têm inúmeras residências que pertencem a magnatas dos mais diversos países, esperando valorização.<sup>42</sup> A cidade de Vancouver, no Canadá, viu os custos de habitação explodir sob pressão de capitais chineses aplicados em imóveis, em geral não habitados, apenas reserva de valor que aumenta à medida que a pressão demográfica aumenta. É enriquecimento que não acrescenta disponibilidade de habitações, e sim gera apropriação especulativa. A compra de terras por grupos financeiros gera também encarecimento do seu uso para a agricultura. O verbete na Wikipédia sugere o óbvio: *“Um imposto sobre o valor da terra remove os incentivos financeiros para a posse de terra parada apenas para valorização, tornando mais terra disponível para usos produtivos.”*<sup>43</sup> O rentismo drena investimentos que poderiam ser produtivos.

Não se trata de discussão semântica. Pois muito além da exploração salarial, temos de entender melhor os mecanismos atuais de apropriação do excedente social por meio do endividamento generalizado, do aumento extorsivo dos dividendos, de intermináveis patentes, da evasão fiscal, dos paraísos fiscais, da apropriação do capital natural do planeta, da microdrenagem de recursos por tarifas, das taxas sobre transferências internacionais, de cobranças sobre os cartões de crédito, do rentismo dos monopólios, dos monopólios de demanda,

da especulação imobiliária, do comércio de informações pessoais, da manipulação publicitária individualizada e outros mecanismos que entendemos muito menos, e que somos individualmente incapazes de enfrentar.

Um salário extorsivo pode levar a uma greve, lutas, paralisia e acordos com a empresa. Quem é extorquido por uma taxa elevada de juros vai se manifestar frente a uma agência bancária? Uma parte importante do que você pagou no Uber vai para grupos financeiros nos Estados Unidos. Não é preciso fazer um cheque ou uma ordem de pagamento: é automático. O dinheiro imaterial é muito fluido, e vaza por todos os lados. Quanto mais os intermediários privados drenam os nossos recursos, mais apontam para os impostos.

A transformação nas formas de exploração nos obriga a repensar e redirecionar nossas frentes de luta. Com a pandemia, por exemplo, tornou-se evidente o caráter explorador da grande indústria farmacêutica, e as pessoas passaram a se dar conta da importância de repensar o sistema de patentes. O pagamento quase nulo de impostos pelos bilionários improdutivos mostra a que ponto é importante gerar um sistema articulado de cobrança internacional.

O travamento do acesso ao conhecimento científico por parte dos oligopólios mostra a necessidade de expandir o *Creative Commons*, *Open Access* e outros mecanismos colaborativos e gratuitos de comunicação científica. O endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados aponta para a necessidade de assegurar,

41 Ermínia Maricatto e Pedro Rossi – *O novo ataque cerrado às cidades brasileiras* – 27 de set. de 2021 - <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-novo-ataque-cerrado-as-cidades-brasileiras/>

42 GFI(Global Financial Integrity) – *A cres of Money Laundering* – August 21, 2021 - [https://gfintegrity.org/report/acres-of-money-laundering-why-u-s-real-estate-is-a-kleptocrats-dream/?utm\\_medium=email&hsmi=153147175&hsenc=p2ANqtz-dQDkw9bsAsfZWejlcFezC6\\_eVikqqfH6VqfmPIVWO7sNCCzRqzGBiK6QeYxEJOrVCZoBuBt9ku9K1AOcqSyAW7dy1g&utm\\_content=153147175&utm\\_source=hs\\_email](https://gfintegrity.org/report/acres-of-money-laundering-why-u-s-real-estate-is-a-kleptocrats-dream/?utm_medium=email&hsmi=153147175&hsenc=p2ANqtz-dQDkw9bsAsfZWejlcFezC6_eVikqqfH6VqfmPIVWO7sNCCzRqzGBiK6QeYxEJOrVCZoBuBt9ku9K1AOcqSyAW7dy1g&utm_content=153147175&utm_source=hs_email)

43 Wikipedia – *Real-estate bubble* – acessado em 19 de setembro de 2021 – “A land value tax removes financial incentives to hold unused land solely for price appreciation, making more land available for productive uses.”

por meio de finanças públicas e de finanças de proximidade, que os recursos sejam direcionados para o desenvolvimento sustentável. O peso da indústria de gestão de fortunas (*asset management industry*) e de ativos financeiros em geral, BlackRock e semelhantes, precisa ser drasticamente reduzido: o dinheiro não é deles, e são gestores de capital improdutivo.

**A lógica geral propositiva é que quando os mecanismos de apropriação do excedente social se deslocam, mudam também as frentes de luta para que os recursos, que são da sociedade e não dos intermediários, voltem a servir à sociedade. Em outros tempos a luta era por socializar os meios de produção, as fábricas. Hoje o poder sobre as próprias fábricas de deslocou: o desafio principal está nos gestores improdutivos que se apropriaram do conjunto, inclusive em boa parte do sistema público, como por exemplo do Banco Central no Brasil, e do próprio sistema político, minando qualquer possibilidade de enfrentamento social pelas vias democrático-institucionais tradicionais.**

Um desafio particularmente complexo é que o dreno dos recursos econômicos da sociedade pelos intermediários dos mais diversos tipos, afeta também a base política das transformações. As grandes plataformas de comunicação e os sistemas online de serviços financeiros, e inclusive o sistema de exportação primária atual, geram pouquíssimos empregos. Estamos na era da *uberização*, do telemarketing, dos empregos precários e da massa de trabalhadores subutilizados, conforme vimos, porque os sistemas de pedágio econômico que passaram a predominar simplesmen-

te não precisam de muitos trabalhadores. *“O que há de novidade no mundo do trabalho no Brasil é justamente a plataformização, que joga uma pá de cal no processo histórico de flexibilização e precarização do trabalho, agora em parceria com a financeirização, a dataficação e racionalidade neoliberal.”*<sup>44</sup> A força social de transformação que representavam os trabalhadores formais nas grandes empresas diminuiu em número, ficou mais fragmentada em segmentos especializados, é frequentemente manejada à distância por algoritmos, e os sindicatos e diversas formas de representação se fragilizaram. O *preariado* nos leva a um outro conceito de luta de classes.

E a revolução digital, que caracteriza os novos tempos, nos leva a pensar no potencial de uma mudança cultural profunda na sociedade, deslocando o eixo principal de relações sociais baseado na competição, para uma sociedade centrada na colaboração. Não se trata aqui de um sonho humanista, e sim do fato que numa sociedade em que o principal fator de produção é o conhecimento, os processos colaborativos são simplesmente muito mais produtivos do que a competição. Robin Ahnel resume: *“Campanhas que já estão em curso podem começar com a transição da economia da competição e ganância (greed) para a economia de cooperação equitável.”*<sup>45</sup> Grohmann apresenta as numerosas iniciativas no resgate do potencial da conectividade para uma gestão colaborativa em rede: *“As plataformas cooperativas podem ser de trabalhadores, consumidores ou multilaterais, o que mostra as múltiplas possibilidades nos seus desenhos institucionais.”* São novas frentes de luta, muito além do nível de remuneração. O processo tecno-

44 Rafael Grohmann - *Para vencer a distopia da exploração digital* - Outras Palavras, 23 de agosto 2021 - <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/para-vencer-a-distopia-da-exploracaodigital/>

45 Robin Ahnel (postscript by Noam Chomsky) - *Economic Justice and Democracy: from Competition to Cooperation* - Routledge, New York and London, 2005, p. 254 - Importante leitura é também o livro de Paul Mason, *Postcapitalism*, Penguin, UK, 2015

lógico não irá se reverter, precisa ter o seu sentido político revertido para que sirva à sociedade, e não às próprias plataformas.

Essa transformação tem sólida base: quando o fator principal de produção é o conhecimento, que com a conectividade online pode ser replicado ao infinito sem custos adicionais para quem o produziu, podemos generalizar o acesso, remunerando apenas os custos iniciais da sua geração, e multiplicando os benefícios por milhões de utilizadores. Na China, no quadro do CORE (China Open Resources for Education), um inovador recebe um bônus da instituição, e o avanço é repassado para toda a rede de universidades e centros de pesquisa, assim que ninguém fica reinventando a roda, todos trabalham na crista da inovação. Gera-se um ambiente colaborativo sistemicamente inovador. Wikipédia, *Open Access*, *Creative commons*, *OCW* do MIT e tantas outras experiências, apresentadas no livro *Wikinomics*, apontam para um caminho muito mais equilibrado e produtivo.<sup>46</sup>

O processo de construção interativa e colaborativa de conhecimento em rede é mais justo, pois permite reduzir o impacto de atravessadores que travam o acesso a um conhecimento que poderia multiplicar a produtividade de outros agentes. Gar Alperovitz e Lew Daly trazem aqui uma excelente análise, no livro *Apropriação Indébita*, mostrando por exemplo que se não fossem os avanços sobre a tecnologia do transistor e do microprocessador desenvolvidos por outros, um Bill Gates estaria na sua garagem brincando com tubos catódicos. Pagamos fortunas por um produto para o qual a sua empresa contribuiu muito pouco, aproveitando conhecimentos desenvolvidos por outras instituições e centros

de pesquisa, e destruindo competidores. Hoje somos forçados a utilizar o Word, por exemplo, simplesmente porque temos de utilizar o que os outros usam. Não há mercado nem competição, apenas monopólio de demanda e rentismo. Até quando ficaremos pagando esse pedágio? O conhecimento é uma construção social, e o seu retorno deve ser para a sociedade. O objetivo não é controlar o conhecimento, é libertá-lo dos atravessadores.<sup>47</sup>

A conectividade planetária permite muito mais gestão horizontal em rede, no lugar das gigantescas pirâmides de poder verticalizado. A riqueza do planeta, fruto dos avanços científicos e do desenvolvimento da capacidade produtiva, atingiu um nível que hoje permite que todos vivam de maneira digna e confortável, bastando para isso uma redistribuição moderada de riqueza, e em particular o controle do dreno financeiro por parte de agentes econômicos improdutivos. A guerra de todos contra todos, o *homo homini lupus*, com as tecnologias modernas de guerra, de sabotagem cibernética, de manipulação biológica, das técnicas de vigilância etc., apresenta-nos um horizonte destrutivo. Somos todos tripulantes da espaçonave terra, mas há os que preferem ser passageiros de luxo, e estão destruindo a própria nave.

A exploração por meio de salários baixos, a tradicional mais-valia extraída dos trabalhadores, continua sem dúvida presente. Mas a apropriação do excedente social se ampliou radicalmente, por parte de atravessadores de diversos tipos, que cobram pedágio sobre praticamente todas as nossas atividades, quer contribuam produtivamente ou não. Não há dúvidas quanto ao poder financeiro, midiático, militar e até de controle das pessoas pelos

46 Don Tapscott e Anthony Williams– *Wikinomics: how mass collaboration changes everything* – Penguin, US, 2006 (em português, publicado por Nova Fronteira em 2007) - <https://dowbor.org/2008/03/wikinomics-2.html>

47 Gar Alperovitz e Lew Daly – *Apropriação indébita* – Senac, São Paulo, 2010 - <https://dowbor.org/2010/11/apropriacao-indebita-como-os-ricos-estao-tomando-a-nossa-heranca-comum.html>

algoritmos individualmente direcionados, por parte dos gigantes corporativos. Mas é também fato que são não só improdutivos, como destroem a nossa base natural de sobrevivência, nos jogam numa situação de desigualdade explosiva, obrigam a massa da população a recorrer a atividades humilhantes para sobreviver no setor informal, isso quando a riqueza acumulada, os conhecimentos científicos e as tecnologias modernas permitem que o mundo se desenvolva de maneira sustentável e equilibrada.

Em particular, não há nenhuma razão econômica para tanta destruição, violência e sofrimento. Uma conta simples ajuda: os 88 trilhões de dólares que representam o PIB mundial, divididos pela população mundial de 7,8 bilhões de pessoas, equivalem a cerca de 20 mil reais por mês por família de quatro pessoas. Com uma moderada redução das desigualdades, com o que produzimos hoje poderíamos assegurar a todos uma vida digna e confortável, e financiar medidas para parar de destruir o planeta. A catástrofe em câmara lenta que vivemos não é inevitável. Não se trata de “leis” econômicas, são escolhas políticas travestidas de *There is No Alternative*

(TINA). Thomas Piketty deixa isso claro: “*A desigualdade é antes de tudo uma construção social, histórica e política. Dito de outra forma, para o mesmo nível de desenvolvimento econômico ou tecnológico, existem sempre múltiplas formas de organizar um sistema de propriedade ou um regime de fronteira, um sistema social e político, um regime fiscal e educativo. Essas escolhas são de natureza política.*”<sup>48</sup>

Como escreveu Martin Wolf, economista chefe do Financial Times, este sistema perdeu a sua legitimidade. É um gigante financeiro, mas com pés de barro por travar o desenvolvimento. Cabe a nós batalhar por uma sociedade que faça sentido, olhando o potencial colaborativo que se abre com a revolução digital. Construir o futuro é mais promissor do que tentar consertar o passado. A história da humanidade tem sido dominada por minorias que se apropriam do excedente social e que geram sucessivas narrativas ou contos de fadas para justificar a exploração. E para os que não acreditam em contos de fadas, naturalmente, há o porrete. Mecanismos de exploração, narrativas e o porrete continuam ativos. É tempo de nos civilizarmos.

---

48 Thomas Piketty, *Histoire de l'égalité*, Paris, Seuil, 2021, p. 20



**FONACATE**

Fórum Nacional Permanente  
de Carreiras Típicas de Estado

[www.fonacate.org.br](http://www.fonacate.org.br)